

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes



TERRITÓRIO

DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

COMPETITIVIDADE

AValiação Ambiental Estratégica
RELATÓRIO AMBIENTAL

Novembro 2023

Discussão Pública

Ficha Técnica:

Título:	Segunda Revisão do PDM de Paredes
Data de produção:	Outubro de 2023
Versão:	Pós 3. ^a reunião plenária.
Coordenação e desenvolvimento e produção:	Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística
Coordenador Geral:	Ana Ferreira (Planeamento Regional e Urbano)
Coordenador AAE	Maria João Nunes (Melhoramentos Rurais, Engenharia Rural, Engenharia do Ambiente e Território)
Equipa Técnica AAE:	Bento Moreira e Moreira (Geografia) Carolina Rosa Gonçalves da Silva (Economia) Célia Coelho da Silva (Contabilidade e Finanças Públicas, especialização em Gestão Autárquica Avançada, Contabilista Certificada) Francisco Vidinha Ferreira (Ciências e Tecnologia do Ambiente, Engenharia do Ambiente) Marina Antonieta Barbosa Pinheiro (Gestão) Maria João Alves Pereira (Arquitetura) Olga Cristina Dias da Silva (Direito) Rui Manuel da Rocha e Sousa (Desenho) Colaboração dos demais serviços municipais

ÍNDICE

1	Introdução	8
2	Enquadramento, objectivos e metodologia.....	10
2.1	Enquadramento legal e disposições regulamentares.....	10
2.2	Fundamentos e Objectivos	12
3	objecto de avaliação.....	15
3.1	Breve caraterização de Âmbito Territorial	15
3.2	Justificação e fundamentos da elaboração do plano	16
3.3	Conteúdo do Plano Director Municipal de Paredes	17
3.4	Descrição do Objeto de avaliação.....	19
3.5	Fatores Críticos para a Decisão.....	26
3.6	Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)	27
3.7	Quadro de referência estratégico (QRE)	27
3.7.1	Relação entre os objetivos do QRE e QE	29
3.7.2	Relação entre os objetivos do QRE e FCD	36
3.8	Critérios de avaliação e indicadores	38
4	Análise e Avaliação dos fcd	42
4.1	Ordenamento do Território e qualidade ambiental	42
4.1.1	Situação Atual	43
4.1.2	Tendências de Evolução sem 2ª Revisão do Plano Director Municipal	56
4.1.3	Análise Estratégia de Efeitos	57
4.1.4	Recomendações.....	71
4.2	Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais	83
4.2.1	Situação Atual	83
4.2.2	Tendências de Evolução sem 2ª Revisão do Plano Director Municipal	85
4.2.3	Análise Estratégia de Efeitos	85
4.2.4	Recomendações.....	101
4.3	Competitividade e actividade económica	113

4.3.1	Situação Atual	113
4.3.2	Tendências de Evolução sem 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal	118
4.3.3	Análise Estratégia de Efeitos	118
4.3.4	Recomendações.....	131
5	Fases seguintes.....	144
5.1	Consulta pública e às entidades	144
5.2	Declaração ambiental	144
5.3	Seguimento	145
5.3.1	Programa de avaliação e controlo ambiental	145
6	Síntese da avaliação ambiental.....	152
	Ponderação	202
7	dos Pareceres Obtidos	202
8	Quadro de Governança	202
9	Conclusão	205
	Quadro 2 - Fatores de mudança	17
	Quadro 3- Relação entre as Intervenções prioritárias e os objetivos estratégicos.....	24
	Quadro 4– Matriz referente aos fatores críticos e aos fatores ambientais	27
	Quadro 5: Relação entre os objetivos do QRE e QE	30
	Quadro 6 – Relação entre QRE e QE com base nas propostas do Plano	36
	Quadro 7: Relevância do QRE por FCD	38
	Quadro 8– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Ordenamento do Território e qualidade ambiental	39
	Quadro 9– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais.....	40
	Quadro 10– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Competitividade e Atividade Económica	41
	Quadro 11- Ocupação do solo em Paredes, por grupos principais, para os anos de 2015 e 2018	43
	Quadro 12 – Quadro referente à variação da floresta COS2015 e COS2018	43
	Quadro 13 - Solo urbano no concelho de Paredes por categorias funcionais	44
	Quadro 14 – Nº de licenças de construção emitidas pela Câmara Municipal de Paredes entre 2014 e 2019, por freguesia – CMP	45
	Quadro 15 - Nº de licenças de utilização emitidas pela Câmara Municipal de Paredes entre 2014 e 2019, por freguesia - CMP	46

Quadro 16 – N.º Pedidos de licenciamento (LI) e pedidos de informação prévia (IP) no Concelho entre 2014 e 2021 - CMP.....	46
Quadro 17 - N.º Edifícios licenciados no Concelho, Tipo de obra e Destino da obra; entre 2014 e 2021 – INE.....	46
Quadro 18 – Resposta Social para o Município – Carta Social, GEP, MTSSS.....	47
Quadro 19 – Total Resíduos (ton) enviados para aterro por ano.....	47
Quadro 20 – Dados relativos a resíduos, recolha seletiva e resíduos/habitante/ano.....	48
Quadro 21 – Total de Resíduos (ton)/tipologia enviados para Ambisousa	48
Quadro 22 - Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) no Concelho - INE, Estatísticas do pessoal de saúde.....	48
Quadro 23 – Total de ocorrências e Vitimas por tipologia	56
Quadro 24 - Ocorrências registadas entre 01/01/2012 e 31/12/2017, ANPC.....	56
Quadro 25 - Medidas de Autoproteção e Projetos de SCIE, para os anos de 2019 e 2020, ANPC.....	56
Quadro 26- Áreas do solo em vigor versus área proposta.....	58
Quadro 27 - Avaliação estratégica de efeitos ambientais – FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental.....	63
Quadro 29 - Efeitos da aplicação no âmbito das metas e objetivos definidos no âmbito do QRE ..	70
Quadro 30 - Recomendações.....	82
Quadro 31 - Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.....	91
Quadro 32 - Análise SWOT do FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais	92
Quadro 33 - Efeitos da aplicação no âmbito das metas e objetivos definidos no âmbito do QRE ..	100
Quadro 34- Avaliação estratégica de efeitos ambientais – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais	112
Quadro 35 - População residente (N.º) no concelho, por Níveis de ensino - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	113
Quadro 36 – Desemprego registado no Concelho - IEF.....	113
Quadro 37 - População empregada por conta de outrem (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Profissão -MTSSS/GEP,.....	114
Quadro 38- Exportação de mercadorias (unidade:€).....	117
Quadro 39 – Importações de mercadorias (unidade:€).....	117
Quadro 40 – Volume de Negócios dos estabelecimentos (unidade:€)	117
Quadro 41 - Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Unidade: número de dormidas)	117
Quadro 42 - Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#3 – Competitividade e atividade económica	124
Quadro 43 - Análise SWOT do FCD#3 – Competitividade e atividade económica	124
Quadro 44 - Efeitos da aplicação no âmbito das metas e objetivos definidos no âmbito do QRE ..	130
Quadro 45 – Recomendações.....	143
Quadro 46 – Programa de Controlo e Avaliação Ambiental.....	151

Quadro 47 - Síntese geral da AAE da RPDM de Paredes por FCD e por objetivos estratégicos, eventuais oportunidades ou ameaças.	165
.....Ponderação	
.....	202
Figura 1- Esquema das fases da Avaliação Ambiental Estratégica	14
Figura 3 – Perímetro Urbano Vigente	
Proposto	58
Figura 5 – RAN em vigor	
Figura 6 – RAN proposta	87
Gráfico 1 - Total de Empresas e Sociedades - INE, Sistema de contas integradas das empresas	115
Gráfico 2- Empresas segundo a CAE, INE, Sistema de contas integradas das empresas	116

Discussão Pública

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Progresso da Avaliação Ambiental Estratégica do processo de elaboração da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, e decorre do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o qual consagra no ordenamento jurídico nacional o estabelecido pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o intuito de estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável.

Segundo a alínea a) do número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, estão sujeitos a avaliação ambiental, “os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos ...”, onde se incluem os Planos Municipais de Ordenamento do Território.

No caso específico de Planos Diretores Municipais, a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica encontra-se evidenciada no Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio.

É da responsabilidade da Câmara Municipal de Paredes, enquanto entidade proponente da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, a responsabilidade da Avaliação Ambiental Estratégica. Esta responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito, o alcance e respetivas consulta de entidades e do público, preparação do Relatório Ambiental (RA) e respetivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente assim como será remetida às demais entidades que foram objeto de consulta no âmbito do presente processo de avaliação ambiental estratégica.

Este relatório dá cumprimento ao estipulado no artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo decreto-lei nº 58/2011 de 4 de maio, relativo à elaboração do Relatório Ambiental e destina-se a ser apreciado pelas entidades públicas com responsabilidade ambiental específica (ERA), nos termos do nº 3 do artigo 3º do Decreto-lei nº 58/2011 de 4 de maio, e demais entidades e agentes que o proponente entenda deverem ser consultados, designadamente os membros da Comissão Consultiva (CC) do PDM de Paredes.

A organização do presente documento encontra-se estruturada em seis capítulos, no primeiro está vertido o enquadramento legal da AAE e as disposições regulamentares relativas ao conteúdo do relatório, discriminados os fundamentos técnicos e os objetivos e descrita a metodologia adotada na elaboração.

No segundo capítulo, intitulado são mencionados os fundamentos do plano, a justificação para a sua revisão, os seus objetivos e horizonte temporal e o conteúdo do mesmo, a descrição do objeto de Avaliação, os Fatores Críticos para a Decisão, as questões Ambientais e de Sustentabilidade (FAS), o Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE) e ainda os critérios e os indicadores de avaliação. De referir atentos à existência dos estudos de caracterização, optou-se por não aprofundar/ incluir maior detalhe a este nível.

No terceiro capítulo, é analisado, a situação atual e tendências de evolução, a análise estratégica dos efeitos e formuladas as recomendações que visam minimizar os impactos negativos e potenciar as oportunidades decorrentes do plano.

O quarto capítulo, apresenta as Fases seguintes, nomeadamente a Consulta Pública e às Entidades, a Declaração Ambiental e Seguimento.

No quinto capítulo é mencionada a Ponderação dos Pareceres obtidos

No sétimo e último capítulo são apresentadas as conclusões.

A estrutura do presente relatório pretende incorporar os pareceres e sugestões entretanto obtidos, e adota o modelo que se pretende com o Relatório Ambiental.

Por último, considerando a falta de continuidade na AAE da 1.^a revisão do PDM, decorrente da sua natureza incipiente e da limitada experiência acumulada, a Câmara Municipal de Paredes, neste procedimento, elaborou um Relatório de Avaliação e Controlo (RAC). Este relatório sintetiza e aborda os anos pendentes de seguimento, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do Relatório Ambiental (RA).

Embora o RAC tenha tido um papel relevante neste documento, a imaturidade antes mencionada, a inadequação dos indicadores de monitorização e as alterações relevantes tanto no quadro de referência estratégico como no enquadramento legal dos instrumentos de gestão territorial vigentes, levaram à decisão de interromper o seguimento anterior. Tal medida pretende assegurar um processo de avaliação mais eficiente e um enfoque adequado nos impactos significativos no ambiente.

2 ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA

2.1 ENQUADRAMENTO LEGAL E DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional as Diretivas n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e n.º 2003/35/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Maio, veio estabelecer o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, nomeadamente os Planos Directores Municipais enquanto instrumentos de ordenamento urbano e rural ou de utilização dos solos, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente.

A avaliação ambiental consiste, segundo a alínea a) do artigo 2º do referido Decreto-Lei, na identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes do plano, sendo realizada durante as fases de preparação e elaboração e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a uma eventual ratificação. Concretiza-se através da elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, junto das entidades a quem possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, pressupondo a ponderação dos resultados obtidos na decisão final e a sua divulgação pública.

A determinação do âmbito da avaliação a realizar, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a considerar, são da competência da Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela elaboração do PDM. No entanto, esta deve solicitar às entidades a quem, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, um parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental. De entre estas entidades, o diploma legal salienta a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidades, o Instituto da Água, a Administração da Região Hidrográfica do Douro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte e a Direção Regional de Saúde Norte.

O relatório ambiental deverá identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do PDM, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Este relatório deverá incluir os seguintes elementos:

A descrição geral do conteúdo e dos principais objetivos do plano e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;

As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não forem aplicados a 2ªRPDM;

Os problemas ambientais pertinentes para o Plano, incluindo os relacionados com as zonas de especial importância ambiental, designadamente as áreas integradas na RN2000 (habitats naturais e da fauna e da flora selvagens);

Os objetivos ambientais pertinentes a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos foram considerados na sua preparação;

Os eventuais efeitos significativos no ambiente com a aplicação do plano (secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos) em aspetos relacionados com a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;

As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultante da aplicação do plano;

As razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;

Uma descrição das medidas de controlo previstas para identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Refere-se ainda no ponto 2 do artigo 6º do referido Decreto-Lei, que o relatório ambiental inclui as informações que sejam razoavelmente consideradas como necessárias para a avaliação ambiental, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis e o conteúdo e o nível de pormenor do plano:

O relatório ambiental, juntamente com o projeto de PDM, deverá ser submetido à apreciação por parte das entidades relevantes, atrás referidas, as quais se pronunciam sobre os mesmos no prazo de 30 dias, bem como a consulta pública, com uma duração não inferior a 30 dias, devendo esta ser publicitada através dos meios eletrónicos e da publicação, em pelo menos duas edições sucessivas, de um jornal de circulação local ou regional, caso seja justificado.

Após a aprovação do PDM, a Câmara Municipal deverá remeter à Agência Portuguesa do Ambiente uma declaração ambiental, da qual conste:

A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal;

As observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respetiva ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações;

As razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;

As medidas de controlo previstas com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

2.2 FUNDAMENTOS E OBJECTIVOS

A avaliação ambiental do Plano Diretor Municipal situa-se, do ponto de vista metodológico e com base em Partidário (2012), a AAE deve adotar uma abordagem estratégica assente numa perspectiva de longo prazo, holística, transversal e muito focalizada em poucos, mas significativos fatores de análise que são estratégicos para decisão. O âmbito da AAE inclui aspetos de natureza física, ecológica, social, cultural e económica, na medida em que são relevantes para determinar a qualidade da envolvente em que se vive.

Enquanto abordagem estratégica, a AAE prossegue três objetivos específicos:

- Assegurar a integração das considerações ambientais e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, económicas e institucionais), nos processos de planeamento, de programação e de elaboração política;
- Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar soluções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Com estes objetivos, a AAE poderá contribuir igualmente para:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspectiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Contribuir para a discussão de grandes opções e para uma decisão mais sustentável (em termos ambientais, sociais e económicos);
- Detetar problemas e oportunidades estratégicos nas opções em análise e facilitar a consideração de impactos cumulativos;
- Sugerir programas de seguimento, através de monitorização estratégica;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Promover decisões mais integradas em relação aos diversos pontos de vista (definidos em função de fatores técnicos e de valores político-culturais).

No que concerne à metodologia, torna-se claro que diferentes abordagens metodológicas de AAE têm resultados diferentes na capacidade de influenciar a decisão estratégica. De acordo com a International Association for Impact Assessment (IAIA, 2002) ela deve ser integrada, orientada para a sustentabilidade, focada, verificável, participativa e interativa.

A Avaliação Ambiental Estratégica, em termos metodológicos, observa as linhas de orientação presentes no “Guia de Melhores Prática para Avaliação Ambiental Estratégica” (Partidário, 2012) e

no “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

De uma forma Geral, o processo de AAE desenvolve-se em várias fases, das quais se destaca:

- Definição do âmbito e do alcance da Avaliação Ambiental Estratégica (integra o Relatório de Fatores Críticos);
- Análise e avaliação ambiental dos objetivos estratégicos da proposta da 2ª revisão do PDM (integra o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico);
- Elaboração da Declaração Ambiental
- Execução do Plano de Monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica.

Cada fase da AAE deve ser articulada com as diferentes fases do processo de elaboração da proposta da 2ª revisão do Plano e com as respetivas metodologias técnicas, como anota Partidário (2012).

Na fase atual do desenvolvimento da AAE, que corresponde à Avaliação, a segunda das três etapas fundamentais da Avaliação Ambiental Estratégica, efetua-se a Análise e Avaliação em AAE que corresponde à realização de estudos técnicos de acordo com os Fatores Críticos para a Decisão, o nível de pormenorização e o alcance estabelecido na 1ª fase, permitindo efetuar a análise de tendências e a avaliação das oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade.

É uma fase onde a definição dos cenários com a 2ª Revisão do Plano e sem a atual Revisão do Plano tem um papel central na identificação e avaliação de opções estratégicas e, subsequentemente, das propostas que dão forma à estratégia de desenvolvimento.

Desta fase irão resultar conclusões relativamente às opções estratégicas consideradas no Plano, bem como o estabelecimento de diretrizes que constituam orientações ou recomendações da AAE e recomendações a serem aplicadas em fase de seguimento.

A análise e avaliação dos FCD's contém a descrição dos principais problemas ambientais para o Plano em dois momentos: situação atual e tendências de evolução sem as alterações que a proposta do PP do Centro Urbano de Rebordosa propõe.

A avaliação das oportunidades e riscos adotou como referencial os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável estabelecido no Quadro de Referência Estratégico definido na fase anterior.

Como consequências dos estudos levados a cabo são depois definidas as diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação, para cada FCD, a implementar na fase de seguimento.

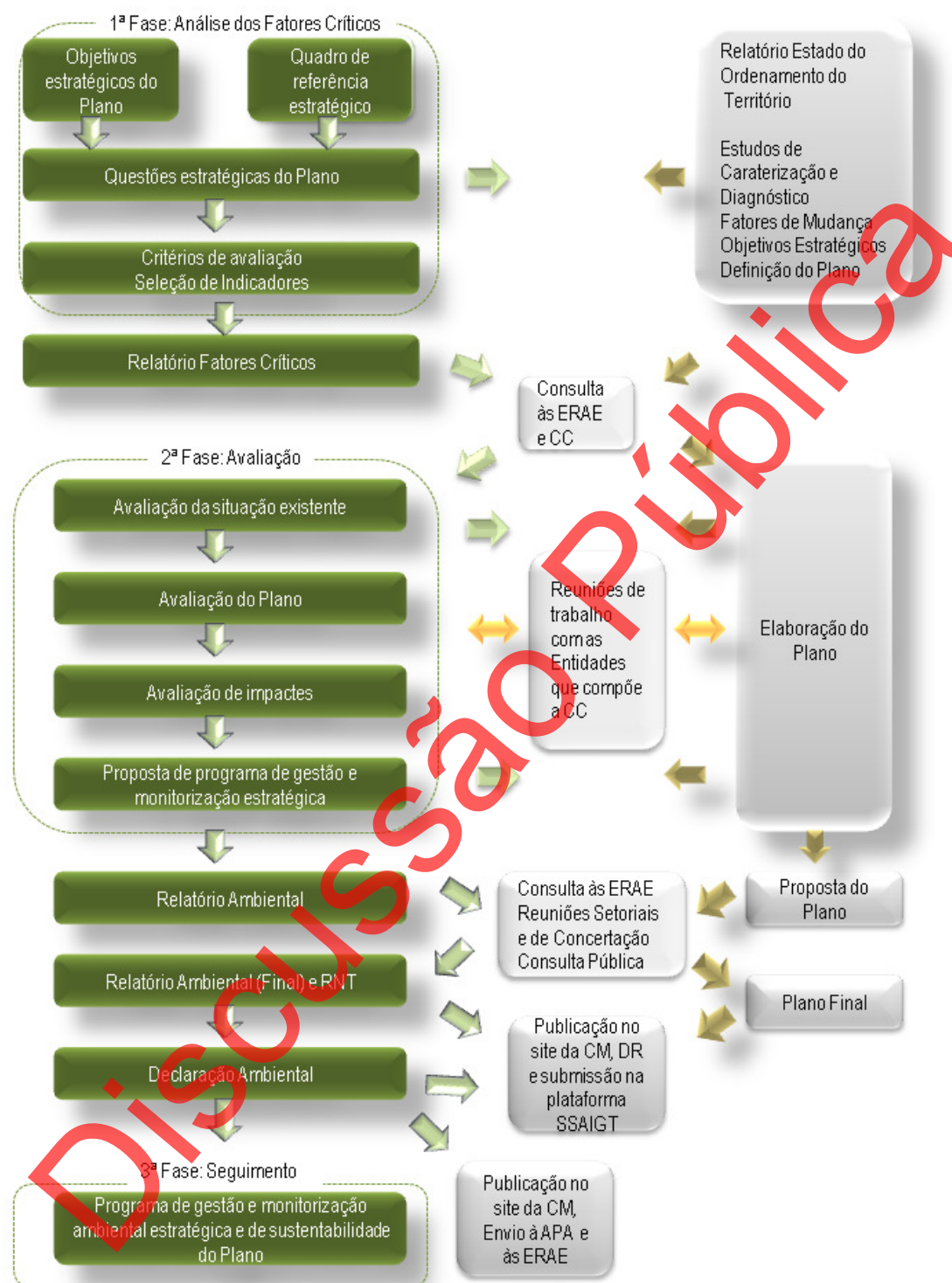


Figura 1- Esquema das fases da Avaliação Ambiental Estratégica

3 OBJECTO DE AVALIAÇÃO

3.1 BREVE CARATERIZAÇÃO DE ÂMBITO TERRITORIAL

O concelho de Paredes detém uma área de 156,76 km², localiza-se na região Noroeste de Portugal, fazendo parte da Área Metropolitana do Porto e do distrito de Porto, e confronta com os Concelhos de Paços de Ferreira, Lousada, Penafiel, Gondomar e Valongo.

O concelho é constituído atualmente por 18 freguesias a saber, Aguiar de Sousa, Astromil, Baltar, Beire, Cete, Cristelo, Gandra, Duas Igrejas, Lordelo, Louredo, Parada de Todela, Paredes, Recarei, Rebordosa, Sobreira, Sobrosa, Vandoma, Vilela, derivado da reforma administrativa de 2013 que levou a uma reorganização administrativa em Paredes, reduzindo o número de freguesias de 24 para 18. As freguesias agregadas foram: Besteiros, Bitarães, Castelões de Cepeda, Gondalães, Madalena, Mouriz e Vila Cova de Carros, ficando a designar-se Paredes.

Freguesia	Área Km ²	%
Aguiar de Sousa	22,38	14,28
Astromil	1,93	1,23
Baltar	7,41	4,73
Beire	3,31	2,11
Cete	4,68	2,99
Cristelo	2,03	1,29
Duas Igrejas	3,78	2,41
Gandra	11,76	7,5
Lordelo	9,76	6,23
Louredo	2,9	1,85
Parada de Todela	3,49	2,23
Paredes	21,51	13,72
Rebordosa	10,76	6,86
Recarei	14,6	9,31
Sobreira	21,96	14,01
Sobrosa	4,7	3
Vandoma	5,12	3,27
Vilela	4,68	2,99

Quadro 1- Área das freguesias do Concelho de Paredes

3.2 JUSTIFICAÇÃO E FUNDAMENTOS DA ELABORAÇÃO DO PLANO

O objeto da AAE é a proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, à frente designada de 2.ª RPDMP, consubstanciada nos objetivos estratégicos de desenvolvimento que a mesma preconiza e assente numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Nos termos do disposto do artigo 95º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o Plano Diretor Municipal, à frente designado do PDM, é *“o Instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal”*.

A 2.ª RPDMP, tem como objeto o cumprimento do novo quadro legal, resultante do RJIGT e da Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, à frente designada de LBSOTU, publicada pela Lei nº 31/2014 de 30 de maio, que de acordo com o n.º 2 do artigo 199.º – *Classificação do Solo* – do RJIGT, *“os planos municipais ou intermunicipais devem, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo”*.

A revisão dos planos territoriais *“implica a reconsideração e reapreciação global, com carácter estruturante ou essencial, das opções estratégicas do plano ... e objetivos do modelo territorial definido”*. De acordo com o relatório de fundamentação, *“considerando as datas recentes da 1.ª RPDMP (e respetiva revisão dos sistemas Reserva Ecológica Nacional) e da alteração publicada pelo Aviso n.º 14770/2018 e o que Plano em vigor e respetiva estratégia se mantêm atuais, a presente revisão resulta, exclusivamente, do disposto no referido artigo 199.º e não da necessidade de adaptação daquele à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que determinaram a respetiva elaboração, ou de situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram, conforme decorre das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 124.º do RJIGT, que enquadra o procedimento de revisão “típico”. Assim e nestes termos, a revisão em causa não se conforma como “típica”, mas sim como uma revisão “atípica”, imposta pelo n.º 2 do artigo 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015”*. No entanto, o atual procedimento de Revisão terá de ter em consideração a atual estratégia da política municipal e de se adequar/articular/enquadrar com o disposto nos instrumentos de natureza estratégica ou de natureza política, nomeadamente políticas de natureza setorial, planos nacionais ou de ação e estratégias nacionais ou mesmo refletindo as orientações internacionais como designadamente a nível do desenvolvimento sustentável. Refira-se a este nível o horizonte temporal de alguns destes instrumentos.

Salienta-se que a profunda reforma no modelo de classificação do solo, designadamente a classificação do solo como urbano, em que um dos critérios a observar é a “*existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou a garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais*”, implica algumas opções de planeamento que poderão estar dependentes de questões financeiras e de decisões políticas.

Foram elencados/apontados oito fatores de mudança a observar na definição dos objetivos estratégico, com vista ao processo da segunda revisão do PDMP.

Alinhar a estratégia de desenvolvimento territorial com os referenciais de âmbito regional e nacional
Reforçar a articulação entre o planeamento e a gestão do território
Adaptar na 2.ª RPDM os princípios da legislação em vigor, que enquadra o ordenamento do território
Priorizar a reabilitação do edificado e a requalificação dos espaços urbanos
Intensificar a estratégia territorial para o acolhimento empresarial
Repensar o território tendo por base a sustentabilidade ambiental e a avaliação dos riscos naturais, tecnológicos e mistos
Repensar o território tornando-o mais inclusivo
Maximizar o potencial de aproveitamento turístico do território

Quadro 2 - Fatores de mudança

3.3 CONTEÚDO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE PAREDES

Em termos de conteúdo a 2ª RPDM tem as peças escritas e gráficas dispostas no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 22 de Setembro.

A elaboração foi executada à escala 1/5 000, considerando que esta é a escala da cartografia de base utilizada.

1. O PDMP será constituído pelos seguintes documentos:
 - a) Regulamento;
 - b) Planta de Ordenamento (esc: 1/10 000), desagregada nas seguintes plantas:
 - i. Planta I - Classificação e Qualificação do Solo;
 - ii. Planta II – Programação e Execução;
 - iii. Planta III – Ambiental e Florestal;

- iv. Planta IV – Proteção Civil, Equipamentos e Infraestruturas;
- v. Planta V – Património Cultural.
- c) Planta de Condicionantes (esc: 1/10 000), desagregada nas seguintes plantas:
 - i. Planta I - Servidões e restrições de utilidade pública geral;
 - ii. Planta II - Perigosidade de incêndio rural
 - iii. Planta III - Áreas percorridas por incêndios rurais;
 - iv. Planta IV – Redes de Defesa
- 2. O PDM é acompanhado por:
 - a) Relatório de fundamentação;
 - b) Programa de execução e Plano de financiamento;
 - c) Relatório ambiental e resumo não técnico;
 - d) Mapas de ruído (indicadores Lden e Ln);
 - e) Carta educativa;
 - f) Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - g) Relatório de ponderação dos resultados da auscultação pública e participações recebidas;
 - h) Ficha de dados estatísticos;
 - i) Plano de Gestão – Parque das Serras do Porto;
 - j) Relatório e planta de compromissos urbanísticos;
 - k) Planta da estrutura ecológica municipal;
 - l) Planta de património arquitetónico;
 - m) Planta de património arqueológico;
 - n) Planta de património natural;
 - o) Planta de rede rodoviária, transportes e mobilidade;
 - p) Planta dos valores da Rede Natura 2000 (habitats, fauna e flora);
 - q) Estudos de caracterização do território municipal;
 - r) Planta das infraestruturas de abastecimento de água;
 - s) Planta das infraestruturas de drenagem de águas residuais;
 - t) Planta das infraestruturas de abastecimento de gás;
 - u) Plantas de enquadramento regional;
 - v) Planta da situação existente.

3.4 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

No início do processo da 2ª RPDM foi estabelecido um conjunto de objetivos estratégicos e instrumentais quer para a proposta de plano, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares nele contidas. De forma resumida esses objetivos são os seguintes:

QE1. Paredes concelho sustentável e atrativo

- i) Estabelecer um modelo territorial equilibrado;
- ii) Programar a ocupação urbana;
- iii) Reforçar a identidade dos núcleos urbanos;
- iv) Salvaguardar e valorizar o património construído;
- v) Promover a qualificação ambiental;
- vi) Contribuir para a prevenção e gestão de riscos;
- vii) Contribuir para a saúde e bem-estar das populações;
- viii) Preservar, salvaguardar, promover e valorizar os recursos naturais e agrícolas e florestais, a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural;
- ix) Valorizar o património cultural e natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, bem como nas áreas de ocorrência de elementos biológicos e geológicos classificados.

QE2. Paredes concelho empresarial

- i) Reforçar e qualificar a oferta e espaços para atividades económicas e incentivar a relocalização industrial;
- ii) Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional;
- iii) Fomentar do investimento turístico.

QE3. Paredes concelho competitivo

- i) Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica;
- ii) Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional;
- iii) Promover o conhecimento, a divulgação e a monitorização do território;
- iv) Favorecer a mobilidade sustentável.

Resumidamente visa:

- Estabelecer um modelo territorial equilibrado, contendo a dispersão de construções e infraestruturas, promovendo a colmatação, a consolidação, qualificação e a reabilitação;
- Programar a ocupação urbana, nomeadamente pela execução de unidades operativas de planeamento e gestão;
- Reforçar a identidade dos núcleos urbanos, recuperando e requalificando espaços públicos;
- Salvar e valorizar o património construído, reabilitando, renovando, requalificando áreas urbanas degradadas, nomeadamente edifícios com identidade histórica ou cultural, infraestruturas e equipamentos, e de tecidos urbanos antigos;
- Promover a qualificação ambiental, expandindo racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento (incentivando a sua efetiva utilização, promovendo a adequação dos seus custos de construção, manutenção e exploração), prevenindo a produção e a perigosidade dos resíduos, reduzindo a produção e a deposição em aterro, e aumentando a recolha seletiva, reciclagem e a valorização;
- Contribuir para a prevenção e gestão de riscos, identificando as áreas a eles sujeitos, em particular os naturais e mistos, e propondo medidas regulamentares de mitigação;
- Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, programando áreas a intervir a nível da qualidade do ar, do ruído ambiente e acessibilidades;
- Preservar, salvar, promover e valorizar os recursos naturais, agrícolas e florestais, a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural, como medida de controlo dos fogos rurais, evitando os usos deslocados e promovendo o pleno aproveitamento da produção primária, a sustentabilidade económica e ambiental do território do município;
- Valorizar o património cultural e natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, bem como nas áreas de ocorrência de elementos biológicos e geológicos classificados, enquanto motores de desenvolvimento, nomeadamente através da respetiva promoção turística e cultural.
- Reforçar e qualificar a oferta e espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo à relocalização industrial
- Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional, promovendo o desenvolvimento de atividades empresariais ajustadas e a instalação de novos setores de atividade, assegurando a devida acessibilidade;
- Fomentar do investimento turístico, promovendo a instalação de novos setores de atividade e incentivando o investimento;

- Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica, incentivando e promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego;
- Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional, promovendo a influência de Paredes a nível económico e social e a dimensão urbana, criando condições de maior polarização de Paredes no contexto da respetiva NUT;
- Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território, nas suas diferentes valências;
- Favorecer a mobilidade sustentável, promovendo os modos suaves e os transportes públicos, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções de maior contributo de descarbonização.

De acordo com o Relatório de Fundamentação constata-se que “atentos ao processo que mediou a deliberação inicial e a data atual, incluindo os resultados da caracterização e diagnóstico, os avanços no conteúdo documental que constitui o plano, a integração do conhecimento e das opções que foram sendo tomadas, nomeadamente em resultado da iteração interna e externa que as sucessivas soluções sofreram em sede das avaliações intermédias, em particular na delimitação dos perímetros dos aglomerado urbanos e rurais, e dos consensos e validações que, entretanto, se obtiveram, impôs, com efeito, que se questionasse a oportunidade e a acuidade dos objetivos formulados.

Nos termos acima descritos e em face dos trabalhos da 2.ª RPDMP e tendo como visão tornar Paredes num concelho sustentável, atrativo, empresarial e competitivo e como meta a afirmação do papel do município no contexto da Área Metropolitana do Porto, contribuindo para a sua projeção nacional e internacional, foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos (OE):

- OE1** - Promover a qualificação ambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano sustentável;
- OE2** - Promover a melhoria das condições de vida e de bem-estar da população, reforçando a atratividade residencial e criando as condições para a recuperação demográfica;
- OE3** – Preservar e valorizar a identidade cultural, natural e construída, promovendo e qualificando o território;
- OE4** – Melhorar e promover a mobilidade sustentável;
- OE5** – Reduzir as assimetrias sócio-espaciais, promovendo o desenvolvimento policêntrico e eliminando fatores de estagnação;
- OE6**- Promover a competitividade da base económica (designadamente industrial e turismo) e o crescimento do emprego;
- OE7** – Promover a afirmação do Município às escalas regional, nacional e internacional.”

De referir que na realidade não se verifica uma mudança nos objetivos, mas sim um aglutinar.

Abaixo elencam-se as questões estratégicas com os respetivos objetivos estratégicos.

QE1. Paredes concelho sustentável e atrativo

OE1 - Promover a qualificação ambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano sustentável;

OE2 - Promover a melhoria das condições de vida e de bem-estar da população, reforçando a atratividade residencial e criando as condições para a recuperação demográfica,

OE3 – Preservar e valorizar a identidade cultural, natural e construída, promovendo e qualificando o território;

OE5 – Reduzir as assimetrias sócio-espaciais, promovendo o desenvolvimento policêntrico e eliminando fatores de estagnação;

QE2. Paredes concelho empresarial

OE6- Promover a competitividade da base económica (designadamente industrial e turismo) e o crescimento do emprego;

QE3. Paredes concelho competitivo

OE4 – Melhorar e promover a mobilidade sustentável;

OE7 – Promover a afirmação do Município às escalas regional, nacional e internacional.

O **Programa de Execução e o Plano de Financiamento** identificam as intervenções de iniciativa ou responsabilidade municipal ou da administração central, necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo plano e demonstram a forma como se executarão, tanto no âmbito territorial como no financeiro, indicando as intervenções municipais e os meios de financiamento.

As intervenções foram sintetizadas em quatro grandes domínios, cuja representação espacial permite uma leitura mais simplificada da informação:

- **Ambiente e sustentabilidade (IA),**
- **Habitação e espaço público (IU),**
- **Equipamentos coletivos (IE);**
- **Indústria, infraestruturas, circulação e transportes (IU)**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Na tabela abaixo consta as intervenções (prioritárias), identificadas pelos grandes domínios, que o Município pretende ver executadas/concretizadas, até 2033 e a sua relação com os objetivos estratégicos.

Intervenções Prioritárias	Objetivos Estratégicos							
ID	Designação	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7
IA01	Ampliação da ETAR do Parque Empresarial de Baltar/Parada	X	X			X	X	X
IA02	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	X	X				X	
IA03	Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa	X	X	X			X	X
IA04	Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira	X	X	X		X	X	X
IA05	Projeto Banco de Terras	X	X	X		X	X	X
IA06	Controle de Invasoras (nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto)	X		X				
IA07	Plantação de vegetação autóctones (nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto)	X		X				
IA08	Projeto "O maior da Minha Aldeia"	X	X	X		X	X	X
IA09	Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas	X	X	X				
IA10	Passeios pedonais				X			
IA11	Fomentação de trilhos e percursos pedestres	X	X	X	X		X	X
IU01	Construção de miradouros	X	X	X		X	X	X
IU02	Parque urbano e de lazer de Gandra	X	X	X		X	X	X
IU03	Parque Urbano e de Lazer de Sobrosa e Arranjo Urbanístico Praça Quinhentista em Sobrosa	X	X	X		X	X	X
IU04	PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	X	X	X	X	X	X	X
IU05	Construção de habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes		X	X		X		X
IU06	Áreas de Reabilitação Urbana		X	X		X		
IU07	Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal)	X	X	X		X	X	X
IU08	Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais		X				X	X
IE01	Campo de Golfe do Aqueduto	X	X	X		X	X	X
IE02	Construção de pista de atletismo	X	X	X		X	X	X
IE03	Construção de outros equipamentos desportivos	X	X	X		X	X	
IE04	Aquisição e recuperação da Casa da		X	X		X	X	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Castrália – Louredo							
IE05	Polo Local de Inclusão “Centro Valorização Integrada Artes Madeira em Paredes”		X	X		X	X	
IE06	Reabilitação e requalificação do parque escolar – Carta Educativa Municipal;		X	X		X	X	X
IE07	Requalificação de equipamentos desportivos – Carta Desportiva Municipal		X	X		X	X	X
IE08	Reenquadramento e Reabilitação do Espaço do Antigo Complexo Desportivo das Laranjeiras		X	X		X	X	X
IE09	Casa mortuária de Rebordosa			X				
IE10	Casa mortuária de Lordelo			X				
IE11	Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU)		X	X		X	X	X
IE12	Parque de Campismo e Parque temáticos	X	X	X		X	X	X
IE13	Auditório Municipal e Centro de Congressos nas Antigas Instalações da Adega Cooperativa de Paredes		X	X		X	X	X
II01	Requalificação/conservação da rede viária municipal	X	X	X	X	X	X	X
II02	Linha de ferro do Douro e do Vale do Sousa	X	X	X	X	X	X	X
II03	Ligação das AAE às infraestruturas viárias	X	X	X	X	X	X	X
II04	Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada		X	X		X	X	X
II05	Outras Áreas de atividades Económicas		X	X		X	X	X
II06	Infraestruturação (particularmente de saneamento)	X	X			X	X	X
II07	Passe único	X	X		X	X	X	X

Quadro 3- Relação entre as Intervenções prioritárias e os objetivos estratégicos

As intervenções de infraestruturação destinam-se, em primeiro lugar, a dotar as áreas integradas em solo urbano ainda carentes, total ou parcialmente, de infraestruturas urbanísticas das que estão em falta, nos termos e no prazo estabelecido neste programa de execução.

Foram delimitadas 19 UOPG, correspondentes a outras tantas áreas de intervenção que ficarão sujeitas a níveis de planeamento mais detalhados, através da aprovação/alteração/revisão de planos de urbanização, planos de pormenor ou de unidades de execução, que acomodam

fundamentadamente expectativas geradas pela dinâmica de evolução territorial e urbanística, em observância dos objetivos e termos de referência estabelecidos para cada uma.

As UOPG estão delimitadas tendo em consideração dois níveis de desenvolvimento e concretização, as UOPG estruturantes e as UOPG estratégicas:

As **UOPG Estruturantes** foram definidas em solo urbano ou maioritariamente urbano e delimitam áreas particularmente relevantes para a afirmação do Município, designadamente suas cidades, zonas com densidades de utilização e pressões urbanísticas maiores e áreas de atividades económicas.

As **UOPG Estratégicas** localizam-se, maioritariamente, em solo rústico, que não reúne de momento condições para ser classificado como solo urbano, mas delimitam áreas que representam a manifestação de um compromisso futuro ou de uma intenção em ser materializado num determinado conteúdo programático; serão reconvertidas no futuro para solo urbano antecedido por aprovação de Plano de Pormenor com efeitos registais;

a) UOPG Estruturantes

- i. UOPG - ET01 - Parque Empresarial de Lordelo;
- ii. UOPG - ET02 - Zona Empresarial da Serrinha - Gandra/Rebordosa;
- iii. UOPG - ET03 Zona Empresarial de Baltar/Parada;
- iv. UOPG - ET04 – Lordelo;
- v. UOPG - ET05 – Cidade de Paredes;
- vi. UOPG - ET06 -Rebordosa e Parcial de Lordelo, Vilela e Astromil;
- vii. UOPG - ET07 Gandra;

b) UOPG Estratégicas:

- i. UOPG - EG01 – Vilela;
- ii. UOPG - EG02 – Outeiro;
- iii. UOPG - EG03 – Lages / Apeadeiro de Recarei;
- iv. UOPG - EG04 – Baltar, Vandoma e Vila Cova de Carros;
- v. UOPG - EG05 – Cidade de Paredes 2
- vi. UOPG1- EG06 – Cidade de Paredes 3
- vii. UOPG - EG07 – Parque Serras do Porto;
- viii. UOPG - EG08 – Campo de Golfe do Aqueduto;
- ix. UOPG - EG09 – Zona Empresarial de Terronhas;
- x. UOPG – EG10 – Zona Empresarial de Visalto;
- xi. UOPG – EG11 – Zona Empresarial Gandra/Recarei;
- xii. UOPG – EG12 – Cidade de Paredes 4

3.5 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Identificação e Descrição dos Fatores Críticos para a Decisão

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) estruturam a avaliação estratégica, traduzindo as principais dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável nacional no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal. A definição dos FCD resultou da análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas da 2ª RPDM paredes e das Questões Ambientais e de Sustentabilidade.

A identificação destes fatores resultou de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para a 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico (QRE). Os Fatores Críticos para a Decisão, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultam ainda das sugestões e recomendações das entidades consultadas no âmbito dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica, cujos Pareceres se encontram em anexo.

Os FCD identificados são:

- FCD#1 - Ordenamento do território e Qualidade Ambiental;
- FCD#2 - Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais;
- FCD#3- Competitividade e atividade económica;

Elenca-se na figura abaixo, os objetivos de cada Fatores Críticos para a Decisão.

FCD#1 - Ordenamento do território e Qualidade Ambiental	Objetivo/âmbito: Avalia as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação e coesão territorial, de acordo com as suas capacidades e vocações, assim como avalia as estratégias de qualificação ambiental na dimensão das condições, da qualidade de vida da população e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos
FCD#2 - Biodiversidade e, recursos naturais e patrimoniais	Objetivo/âmbito: Avalia as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes para a melhoria da qualidade dos fatores ambientais, da Estrutura Ecológica Municipal e, para a conservação da natureza e da biodiversidade assim como a forma como a Estrutura Ecológica
FCD#3 - Competitividade de e atividade económica	Objetivo/âmbito: Avalia as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociado do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na promoção do território e da

Figura 2: Objetivos de cada FCD

3.6 QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QAS)

As QA concretizam o âmbito ambiental com relevância para o PDM, devem ser ajustadas de acordo com a realidade, focagem estratégica e escala de avaliação do PDMP.

A não integração da Valorização dos ecossistemas, Alterações climáticas, (Re)qualificação urbana e da dinâmica económica inicialmente prevista em sede de Definição do Âmbito enquanto fator de contexto deveu-se a que de uma forma indireta eles estão a ser alvo de consideração na análise enquanto critérios de avaliação.

Relativamente aos requisitos legais, a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei 232/2007 refere explicitamente que o relatório ambiental deverá avaliar «os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano (...) considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais e o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados.»

Tendo em conta os fatores ambientais contidos na legislação nacional, bem como as características do território municipal ou ainda a natureza, o alcance e as opções estratégicas preconizadas no Plano, procedeu-se à identificação das incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para cada uma das opções e objetivos associados (Quadro 2), tendo sido selecionados os seguintes fatores:

FC \ FA	Biodiversidade	População	Saúde humana	Fauna	Flora	Solo	Água	Atmosfera	Fatores climáticos	Bens materiais	Património cultural	Paisagem
Ordenamento do território e Qualidade Ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*	X	X
Competitividade e atividade económica	*	X	X	*	*	X	*	X	X	X	X	X

Quadro 4– Matriz referente aos fatores críticos e aos fatores ambientais

3.7 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico Ambiental estabelece o macro enquadramento da avaliação ambiental, sendo constituído pelas estratégias, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Paredes e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade, servindo de referencial à avaliação. Tendo em conta o âmbito e os objetivos da avaliação, bem como a natureza do plano, foram identificados os seguintes instrumentos de enquadramento estratégico:

No decurso temporal decorrido desde o início do processo da 2ª RPDM, no âmbito do QRE, foram publicados o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 e o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030, pelo que se efetuou a devida atualização.

- Agenda 2030
- Convenção Europeia da Paisagem
- Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais da Europa (Convenção de Berna)
- Estratégia dos solos da UE para 2030
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Estratégia Nacional para as Florestas
- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho
- Plano Nacional de Fogos Rurais
- Estratégia para o Turismo 2027
- Programa Nacional de Turismo da Natureza
- Plano Nacional da Água
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
- Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro
- Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
- Plano Nacional Energia e Clima 2030
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
- Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas
- Diretrizes Nacionais para a Mobilidade
- Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (Peti 3+)
- Plano Rodoviário Nacional
- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
- Nova Geração de Políticas de Habitação
- Programa Nacional de Investimentos 2030
- Portugal 2030
- Plano de Ação para a Economia Circular
- Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

3.7.1 RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DO QRE E QE

A matriz de dupla entrada relaciona os objetivos das Estratégias e Planos com os objetivos estratégicos da revisão do PDM, de acordo com os parâmetros de correspondência forte, média e fraca.

De realçar as diferentes escalas observadas entre os objetivos e as estratégias/Planos considerados, no entanto, apesar de alguns instrumentos serem de carácter sectorial, os objetivos da Revisão do PDM podem convergir para os objetivos dos instrumentos reportando-se, naturalmente à sua escala.

QRE	Questões Estratégicas (QE)		
	QE1	QE2	QE3
Agenda 2030			
Convenção Europeia da Paisagem			
Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais da Europa (Convenção de Berna)			
Estratégia dos solos da UE para 2030			
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais			
Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030			
Plano Sectorial da Rede Natura 2000			
Estratégia Nacional para as Florestas			
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho			
Plano Nacional de Fogos Rurais			
Estratégia para o Turismo 2027			
Programa Nacional de Turismo da Natureza			
Plano Nacional da Água			
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)			
Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais			
Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro			
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030			
Roteiro para a Neutralidade carbónica 2050			
Programa Nacional para as Alterações Climáticas			
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas			
Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas			
Estratégia Nacional para a Energia Clima			
Plano Nacional para a Eficiência energética			
Diretrizes Nacionais para a mobilidade			
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (Peti 3+)			

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Plano Rodoviário Nacional			
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território			
Nova Geração de Políticas de habitação			
Programa Nacional de Investimentos 2030			
Portugal 2030			
Plano de Ação para a Economia Circular			
Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil			
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios			
Estratégia Municipal de adaptação às Alterações Climáticas			

Quadro 5: Relação entre os objetivos do QRE e QE

Legenda:

Relação forte	Relação média	Relação fraca
---------------	---------------	---------------

Tendo por base o quadro acima, constata-se que se verifica uma relação forte entre as Questões Estratégicas e os objetivos da Estratégia para o Turismo 2027, do Programa Nacional de Turismo da Natureza, do Roteiro para a Neutralidade carbónica 2050, do Programa Nacional para as Alterações Climáticas, da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, do Programa Nacional de Investimentos 2030.

O Quadro abaixo elenca a relação entre as Questões estratégicas e o Quadro de Referência Estratégica com base nas Propostas do Plano.

QE	Objetivos Estratégicos	Objetivos Estratégicos Atualizados	Propostas do Plano	QRE
QE1	Objetivo Estratégico 3 - Estabelecer um modelo territorial equilibrado	QE1	Plano Diretor Municipal de Paredes PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes	Agenda 2030 Convenção Europeia da Paisagem Convenção de Berna Estratégia dos solos da UE para 2030 Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 Estratégia Nacional para as Florestas Programa Regional de

				Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho Plano Nacional de Fogos Rurais Estratégia para o Turismo 2027 Programa Nacional de Turismo da Natureza Plano Nacional da Água Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro Roteiro para a Neutralidade carbónica 2050 Plano Nacional Energia e Clima 2030 Programa Nacional para as Alterações Climáticas Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Plano Rodoviário Nacional Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Nova Geração de Políticas de habitação Portugal 2030
--	--	--	--	--

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				Plano de ação para a Economia Circular Plano Metropolitano de adaptação às alterações Climáticas
QE1	Objetivo Estratégico 4 - Preservar, salvaguardar e valorizar os recursos naturais e agrícolas, a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural	OE1, OE3	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira Projeto Banco de Terras Controle de Invasoras Plantação de vegetação autóctone Projeto “A maior da Minha Aldeia”	Agenda 2030 Convenção Europeia da Paisagem Convenção de Berna Estratégia dos solos da UE para 2030 Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 Estratégia Nacional para as Florestas Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho Plano Nacional de Fogos Rurais Estratégia para o Turismo 2027 Programa Nacional de Turismo da Natureza Plano Nacional da Água Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro Roteiro para a

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				Neutralidade carbónica 2050 Plano Nacional Energia e Clima 2030 Programa Nacional para as Alterações Climáticas Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Portugal 2030 Plano Metropolitano de adaptação às alterações Climáticas
QE1	Objetivo Estratégico 5 - Reforçar a identidade dos núcleos urbanos	OE3, OE5	Casas mortuárias (Rebordosa e Lordelo) Plano Diretor Municipal de Paredes PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
QE1	Objetivo Estratégico 6 - Programar a ocupação urbana	OE2	Unidades operativas de planeamento e gestão	Agenda 2030 Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Plano Nacional Energia e Clima 2030 Portugal 2030 Estratégia para o Turismo 2027 Programa Nacional de Turismo da Natureza
QE1	Objetivo Estratégico 7 -	OE3, OE5	Áreas de Reabilitação Urbana	Agenda 2030 Programa Nacional de

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Salvaguardar e valorizar o património construído		Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela) Reabilitação e requalificação do parque escolar – Carta Educativa Municipal; Requalificação de equipamentos desportivos – Carta Desportiva Municipal Requalificação do Complexo Desportivo das Laranjeiras	Política de Ordenamento do Território Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Plano Nacional Energia e Clima 2030 Portugal 2030 Estratégia para o Turismo 2027 Programa Nacional de Turismo da Natureza
QE1	Objetivo Estratégico 11 - Promover a qualificação ambiental	OE1	Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes Infraestruturação (particularmente de saneamento)	Agenda 2030 Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
QE1	Objetivo Estratégico 12 - Contribuir para a prevenção e gestão de riscos	OE1, OE5	Revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas Aplicação SIG	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Plano Nacional de Fogos Rurais Plano Nacional Energia e Clima 2030 Programa Nacional para as Alterações Climáticas Plano Metropolitano de adaptação às alterações Climáticas
QE1	Objetivo Estratégico 13 - Contribuir para a saúde e bem-	OE2	Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa) Campo de Golfe do Aqueduto Passeios pedonais	Agenda 2030 Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	estar das populações			Plano Nacional Energia e Clima 2030 Portugal 2030 Estratégia para o Turismo 2027 Programa Nacional de Turismo da Natureza Diretrizes Nacionais para a mobilidade
QE2	Objetivo Estratégico 8 - Reforçar e qualificar a oferta e espaços para atividades económicas e incentivar a relocalização industrial	OE6	Áreas de Atividades Económicas	Agenda 2030 Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Plano Nacional Energia e Clima 2030 Portugal 2030
QE2	Objetivo Estratégico 9 - Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional	OE6	Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada Ligação das AAE às infraestruturas viárias	Agenda 2030 Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Portugal 2030
QE2	Objetivo Estratégico 10 - Fomentar do investimento turístico	OE6	Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal) Parque de Campismo e Parque temáticos Fomentação de trilhos e percursos pedestres	Agenda 2030 Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Diretrizes Nacionais para a mobilidade Portugal 2030 Estratégia para o Turismo 2027
QE3	Objetivo	OE7	Cidade Universitária de	Programa Nacional de

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Estratégico 1 - Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica		Paredes (polo da CESPU)	Política de Ordenamento do Território Portugal 2030
QE3	Objetivo Estratégico 2 - Consolidar o posicionamento de Paredes como município de importância regional	OE7	Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa) Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Portugal 2030 Estratégia para o Turismo 2027
QE3	Objetivo Estratégico 14 - Favorecer a mobilidade sustentável	OE4	Requalificação/conservação da rede viária municipal Linha de ferro do Douro e do Vale do Sousa Passe Único	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Portugal 2030
QE3	Objetivo Estratégico 16 - Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território	OE3	Desenvolvimento de estudos setoriais	Portugal 2030 Estratégia para o Turismo 2027 Programa Nacional de Turismo da Natureza

Quadro 6 – Relação entre QRE e QE com base nas propostas do Plano

3.7.2 RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DO QRE E FCD

O Quadro 5 apresenta a lista de instrumentos de política e planeamento identificados, e a sua relação de relevância com os FCD preconizados.

O grau de convergência entre os objetivos foi classificado como “correspondência fraca, média e forte” e representada por uma gradação de cores.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Legenda:

Relação forte	Relação média	Relação fraca
---------------	---------------	---------------

QRE	Fatores críticos para a Decisão (FCD)		
	FCD#1	FCD#2	FCD#3
Agenda 2030			
Convenção Europeia da Paisagem			
Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais da Europa (Convenção de Berna)			
Estratégia dos solos da UE para 2030			
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais			
Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030			
Plano Sectorial da Rede Natura 2000			
Estratégia Nacional para as Florestas			
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho			
Plano Nacional de Fogos Rurais (em discussão pública)			
Estratégia para o Turismo 2027			
Programa Nacional de Turismo da Natureza			
Plano Nacional da Água			
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)			
Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais			
Plano Nacional da Bacia Hidrográfica do Douro			
Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro			
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030			
Roteiro para a Neutralidade carbónica 2050			
Programa Nacional para as Alterações Climáticas			
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas			
Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas			
Estratégia Nacional para a Energia			
Plano Nacional Integrado de Energia e Clima			
Plano Nacional para a Eficiência energética			
Diretrizes Nacionais para a mobilidade			
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (Peti 3+)			
Plano Rodoviário nacional			
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território			
Nova Geração de Políticas de habitação			
Programa Nacional de Investimentos 2030			

Portugal 2030			
Plano de Ação para a Economia Circular			
Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil			
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios			
Estratégia Municipal de adaptação às Alterações Climáticas			

Quadro 7: Relevância do QRE por FCD

3.8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES

Os Fatores Críticos de Decisão não pretendem descrever exaustivamente a situação tendencial existente mas realçar apenas os aspetos críticos mais relevantes para a AAE e as opções estratégicas de ordenamento e de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal de Paredes.

Nos , e , apresentam-se os objetivos, critérios e indicadores selecionados para cada FCD que suportarão a avaliação ambiental.

Os critérios adotados na fase de avaliação ambiental estratégica propriamente dita não correspondem exatamente à proposta indicativa formulada no documento de definição do âmbito e alcance da AAE oportunamente apresentado. As alterações introduzidas foram feitas com base nos contributos das entidades consultadas e no exercício de reflexão entretanto desenvolvida pela equipa técnica, atentos a outros exercícios similares.

Quanto aos indicadores, a sua escolha foi feita não só com base na sua pertinência para a avaliação estratégica, à luz dos objetivos preconizados para cada FCD e dos conteúdos dos diferentes critérios, mas também da efetiva disponibilidade da informação correspondente. De realçar que o levantamento desta informação foi feito a partir dos estudos elaborados no âmbito do processo de revisão do PDM, bem como outros estudos complementares ou ainda junto das entidades especializadas.

FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental

Objetivo: Considerar/ avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação e coesão territorial, de acordo com as suas capacidades e vocações, assim como avalia as estratégias de qualificação ambiental na dimensão das condições, da qualidade de vida da população e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

Crítérios de Avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Equilíbrio do sistema territorial	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios. Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território.	Obras de Beneficiação Edifícios (nº) Edifícios construídos fora do solo urbano, Aglomerado Rural e Edificação Dispersa (nº/ qualificação de solo) Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito) (nº)
Qualificação territorial e ambiental	Promoção da coesão territorial Promover a qualificação do espaço público Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública. Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas.	Adesão ao serviço de abastecimento de água (%/CM/ERSAR) Acessibilidade física aos sistemas públicos de drenagem de Águas residuais (%/CM/ERSAR) Acessibilidade física ao serviço de recolha seletiva (%/CM/ERSAR) Área de espaços verdes, infraestruturas verdes (ha)
Riscos e alterações climáticas	Promover/ Aumentar a resiliência do território Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios. Reduzir o número de ignições. Reduzir a área ardida. Reduzir a influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública. Prevenir a ocorrência de acidentes industriais. Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais. Promover a diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos. Promover a adaptação às alterações climáticas.	Medidas/ ações desenvolvidas na prevenção e controlo de riscos (Nº) Edifícios em áreas suscetíveis de inundação (Nº) Área ardida (ha) Medidas/ ações de adaptação às alterações climáticas implementados (nº)

Quadro 8– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Ordenamento do Território e qualidade ambiental

FCD#2- Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

Objetivo: Considerar/ avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes para a melhoria da qualidade dos fatores ambientais, da Estrutura Ecológica Municipal e, para a conservação da natureza e da biodiversidade assim como a forma como a Estrutura Ecológica Municipal, a biodiversidade, os recursos naturais e patrimoniais contribuem para a valorização do território.

Crítérios de Avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Estrutura Biofísica, Biodiversidade e conservação e valorização da natureza	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover o contínuo natural.	Medidas implementadas previstas em planos de gestão (Nº) Medidas e ações implementadas no âmbito da conservação, recuperação, valorização e promoção da biodiversidade, natureza, paisagem (Nº)
Recursos	Promover/ Aumentar a resiliência do território; Promover a preservação e valorização da Estrutura Ecológica Municipal no âmbito dos serviços ecossistémicos; Promover a proteção e salvaguarda dos ecossistemas e a sua valorização; Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promover a proteção, a salvaguarda e a recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Medidas e ações desenvolvidas no âmbito dos ecossistemas (Nº) Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior (Nº)
Património	Promover a valorização do património cultural e natural; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial; Promover atividades culturais associadas à valorização do património	Medidas e ações desenvolvidas no âmbito da preservação, conservação e valorização do património (Nº)

Quadro 9– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais

FCD#3- Competitividade e atividade económica

Objetivo: Considerar/avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociado do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na promoção do território e da visibilidade internacional do Concelho.

Crítérios de Avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Dinâmica económica e empresarial	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território;	Nascimento de empresas (Nº) Agentes de Animação turística (Nº) Volume de exportações (M€)
Promoção do Território	Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Promover a certificação de práticas e de produtos; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Promover externamente o território, alicerçado na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	Capacidade de alojamento turístico (Nº) Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico (Nº)

Quadro 10– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Competitividade e Atividade Económica

4 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS FCD

Nesta secção é apresentada para cada FCD, uma descrição sumária, os objetivos e metas, o diagnóstico do período de vigência da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal incluindo a situação atual, e, as tendências de evolução. A esta análise preliminar segue-se a avaliação estratégica dos efeitos ambientais, em termos de oportunidades e riscos, que decorrem da aplicação das opções estratégicas definidas no âmbito da 2ª revisão do PDM assim como na relação e convergência com os objetivos e metas definidos em outros planos e programas (QRE). Por fim, são apresentados os indicadores de monitorização e definidas diretrizes destinadas a prevenir e evitar ou reduzir os efeitos adversos que decorrem da aplicação das opções estratégicas do plano.

4.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUALIDADE AMBIENTAL

Considerar/ avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação e coesão territorial, de acordo com as suas capacidades e vocações, assim como avalia as estratégias de qualificação ambiental na dimensão das condições, da qualidade de vida da população e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

O conceito de ordenamento do território, é “ resultado da implementação espacial coordenada das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. É simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto”.

De acordo com a Carta Europeia do Ordenamento do Território de 1984, “Deve articular múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais e, dentro destes, garantir a articulação e coordenação horizontal e vertical dos vários sectores e níveis da administração com competências no território. Deve também, ter em atenção a especificidade dos territórios, as diversidades das suas condições socioeconómicas, ambientais, dos seus mercados conciliando todos os fatores intervenientes da forma mais racional e harmoniosa possível.”

Assim, o ordenamento do território será uma peça imprescindível para a consolidação e desenvolvimento do espaço urbano e rural, estruturando uma malha capaz de dar resposta aos objetivos propostos, bem como valorizar o espaço, compatibilizando e harmonizando a transição do espaço urbano/espaço rural.

4.1.1 SITUAÇÃO ATUAL

Apresenta-se abaixo uma análise sumária relativa ao equilíbrio do sistema territorial, à qualificação territorial e ambiental e aos riscos e alterações climáticas.

4.1.1.1 Equilíbrio do Sistema Territorial

Tendo por base a carta de ocupação do solo 2015 e 2018, verifica-se que se verificou um aumento da área com territórios artificializados e uma diminuição das áreas agrícolas e agroflorestais assim como uma ligeira diminuição da área ocupada com Florestas e meios naturais e semi-naturais.

	COS 2015		COS 2018	
	ha	%	ha	%
Áreas agrícolas e agro-florestais	3725,44	23,8	3621,43	23,1
Florestas e meios naturais e semi-naturais	8777,58	56,0	8762,21	55,9
Territórios artificializados	3218,62	20,5	3335,65	21,3

Quadro 11- Ocupação do solo em Paredes, por grupos principais, para os anos de 2015 e 2018

Constata-se que em termos de ocupação do solo domina o grupo Principal - Florestas e meios naturais e semi-naturais. Em termos espaciais a floresta ocupa praticamente toda a parte sul do concelho de Paredes. Tendo diminuindo fundamentalmente na parte norte. Salienta-se a predominância de Florestas de Eucalipto.

	COS 2015		COS2018	
	Ha	%	Ha	%
Florestas de Eucalipto	5540,95	63,84	5769,5	66,19
Florestas de Outros Carvalhos	11,85	0,14	5,82	0,07
Florestas de outras Folhosas	553,78	6,38	526,53	6,04
Florestas de Pinheiro Bravo	900,18	10,37	877,83	10,07
Florestas de outras Resinosas	18,59	0,21	20,26	0,23
Matos	1653,9	19,06	1516,34	17,40

Quadro 12 – Quadro referente à variação da floresta COS2015 e COS2018

No âmbito da classificação do solo, com a entrada em vigor da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal, regista-se 5783,15 ha solo urbano, dos quais 68,7 ha estão classificados como urbanizável.

Categorias Funcionais do Solo Urbano	Categorias Operativas	Total	Total (%)
--------------------------------------	-----------------------	-------	-----------

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Solo Urbanizado (ha)	Solo Urbanizável (ha)	(hectares)	
Espaços Centrais	35,86	0	35,86	0,61
Espaços Residenciais	1160,36	4,98	1165,34	19,94
Espaços Urbanos de Baixa Densidade	3299,73	9,11	3308,84	56,63
Espaços de Atividades Económicas	888,09	99,18	987,27	16,90
Espaços Verdes	41,45	0	41,45	0,71
Espaços de Uso Especial - Equipamentos infra-Estruturas	289,22	15,18	304,4	5,21
Espaços de Uso Especial - Turismo	0	0	0	0,00
TOTAL	5714,71	128,45	5843,16	100,00

Quadro 13 - Solo urbano no concelho de Paredes por categorias funcionais

Destaca-se que os espaços de baixa densidade, ao nível do solo urbano, são os que apresentam a maior área, representando 56,63 % do solo urbano.

Em termos de dinâmica urbanística, entre 2014 e 2019, como se pode observar nos quadros abaixo, constata-se, de uma forma geral, uma tendência positiva. A emissão de licenças de construção, registou uma evolução positiva até 2018 e, ao nível da emissão das licenças de utilização, verificou-se uma evolução acentuada entre 2014-2016. Observa-se que os pedidos de licenciamento e de informações prévias registou uma evolução positiva entre 2015 e 2019, registando um decréscimo em 2020, e, em 2021 atingiu o valor mais elevado no período em análise, 2012-2021.

Licença de construção	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AGUIAR DE SOUSA	2	5	4	3	7	3
ASTROMIL	1	3	3	2	4	1
BALTAR	9	8	8	6	18	6
BEIRE	6	8	4	5	9	17
CETE	1	3	4	8	4	4
CRISTELO	3	2	7	9	5	8
DUAS IGREJAS	11	10	8	15	17	12
GANDRA	10	18	25	11	41	26
LORDELO	18	29	17	9	27	18
LOUREDO	0	0	2	2	5	7
PARADA DE TODEIA	3	2	0	5	2	6
PAREDES	53	37	56	65	95	122
BESTEIROS	2	2	5	4	7	4
BITARÃES	10	2	9	14	17	23
CASTELÕES DE CEPEDA	28	25	32	29	50	47
GONDALAES	3	0	1	6	5	26
MADALENA	2	2	1	3	6	1
MOURIZ	8	6	7	5	7	17
VILA COVA CARROS	0	0	1	3	3	4

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

REBORDOSA	10	21	12	19	37	27
RECAREI	10	8	16	15	12	19
SOBREIRA	13	4	4	2	17	11
SOBROSA	7	8	5	7	16	8
VANDOMA	7	8	8	6	15	7
VILELA	6	11	15	15	11	21
Diversas	0	0	0	0	0	0
Sem Identificação	0	0	0	1	0	0
TOTAL	170	185	198	205	342	323

Quadro 14 – Nº de licenças de construção emitidas pela Câmara Municipal de Paredes entre 2014 e 2019, por freguesia – CMP

Licença de utilização	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AGUIAR DE SOUSA	0	0	5	2	2	9
ASTROMIL	0	0	4	4	4	4
BALTAR	0	8	15	10	7	6
BEIRE	2	1	10	10	4	7
CETE	0	5	5	7	6	7
CRISTELO	1	2	2	10	3	9
DUAS IGREJAS	1	3	12	9	13	14
GANDRA	2	23	17	18	37	18
LORDELO	0	24	18	14	20	18
LOUREDO	1	4	4	5	2	2
PARADA DE TODEIA	0	9	7	5	4	4
PAREDES	6	48	167	132	53	60
BESTEIROS	0	1	3	4	1	4
BITARÃES	0	1	6	13	13	14
CASTELOES DE CEPEDA	4	41	103	72	18	16
GONDALAES	1	0	3	2	4	5
MADALENA	0	1	6	5	5	9
MOURIZ	1	3	46	3	10	11
VILA COVA CARROS	0	1	0	1	2	1
REBORDOSA	2	10	16	21	33	27
RECAREI	4	8	7	9	17	14
SOBREIRA	1	2	3	7	11	7
SOBROSA	0	3	12	10	8	8
VANDOMA	1	6	8	5	7	6
VILELA	1	1	8	21	16	13
Diversas	0	1	1	0	0	0
Sem Identificação	0	0	3	2	0	0

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

TOTAL	22	158	324	301	250	233
-------	----	-----	-----	-----	-----	-----

Quadro 15 - N.º de licenças de utilização emitidas pela Câmara Municipal de Paredes entre 2014 e 2019, por freguesia - CMP

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Informações Prévias	15	14	10	16	15	21	39	55
Pedidos de Licenciamento	250	238	259	312	360	391	335	405

Quadro 16 – N.º Pedidos de licenciamento (LI) e pedidos de informação prévia (IP) no Concelho entre 2014 e 2021 - CMP

Destino da obra	Tipo de obra	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	Total de obras de edificação	121	174	194	157	155	193	234
	Construções novas	86	144	171	134	146	182	220
	Ampliações, alterações e reconstruções	35	30	23	23	9	11	14
Habitação familiar	Total de obras de edificação	67	96	131	110	114	144	192
	Construções novas	52	86	122	103	114	142	188
	Ampliações, alterações e reconstruções	15	10	9	7	0	2	4
Outros	Total de obras de edificação	54	78	63	47	41	49	42
	Construções novas	34	58	49	31	32	40	32
	Ampliações, alterações e reconstruções	20	20	14	16	9	9	10

Quadro 17 - N.º Edifícios licenciados no Concelho, Tipo de obra e Destino da obra; entre 2014 e 2021 – INE

De acordo com os dados do INE, verifica-se que no período compreendido entre 2014 e 2018, o n.º de ampliações, alterações e reconstruções teve uma tendência negativa, e posteriormente uma ligeira evolução, enquanto que nas construções novas verifica-se uma tendência negativa até 2017 e posteriormente verificou um aumento até 2020 para a Habitação familiar, no caso dos outros destinos de obras verificou-se novamente uma diminuição em 2020.

4.1.1.2 Qualificação territorial e ambiental

De acordo com a Carta Social de Paredes, datada de 30 de dezembro de 2016, “as respostas sociais existentes no terreno abrangem, na sua globalidade, 1 034 crianças e jovens, 764 dos quais com acordos de cooperação com a Segurança Social. Importa referir que, no concelho de Paredes, e no que concerne à valência Creche, existem quatro estabelecimentos de ensino da rede privada que têm esta valência, abrangendo, na sua globalidade, 101 crianças”, “As sete respostas sociais abrangem um total de 1 162 idosos, 822 dos quais com apoios da Segurança

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Social”, a resposta para a População com Deficiência era 74. Consultando a carta social, do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disponível em www.cartasocial.pt, verifica-se a resposta social em Paredes para o ano 2020 é a constante no quadro abaixo.

Resposta Social	Capacidade Nº
Creche	420
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (Deficiência)	67
Lar Residencial (Deficiência)	14
Cento de Dia	345
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	237
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	507

Quadro 18 – Resposta Social para o Município – Carta Social, GEP, MTSSS

De acordo com o Relatório Exploração 2017 da AP – Águas de Paredes S.A., constata-se que a taxa de cobertura do Serviço de Abastecimento de Água é de 80% dos fogos existentes, mas a adesão é apenas de 67%, e ao nível do Serviço de Recolha e Drenagem de Águas Residuais a taxa de cobertura é de 70% e a adesão é de 66%, de acordo com aquela entidade em 2020, a taxa de cobertura do Serviço de Abastecimento de Água é de 81%, dá-se nota que estes dados não contemplam as localidades que dispõem de subsistemas de abastecimento de água, nomeadamente, Gandra, Parada de Todeia, Recarei e Sobreira.

Remete-se abaixo tabelas relativas à quantidade de resíduos entregues para aterro e a quantidade de recolha seletiva por tipo de resíduos.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Paredes	30.968,02	32.477,24	33.056,82		34.605,82	36.359,68	

Quadro 19 – Total Resíduos (ton) enviados para aterro por ano

Indicadores	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos (ton)	2034,12	2360,67	2115,16	2466,55	2637,34	3595,04

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Quantidade produção de resíduos /habitante/ano (Kg/hab/ano)	23,65	27,44	24,59	28,68	30,66	41,4
---	-------	-------	-------	-------	-------	------

Quadro 20 – Dados relativos a resíduos, recolha seletiva e resíduos/habitante/ano

Abaixo apresenta-se os resíduos entregues na Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM.

	Plástico	Papel/ Cartão	Vidro	Sucata	REEE	Colchões
2014	324,06	806,98	986,98	19,18	20,7	41,02
2015	311,78	680,02	956,66	29,12	16,32	40,22
2016	336,09	883,76	1044,64	24,3	15,16	56,72
2017	310,94	715,78	999,38	28,24	5,2	55,62
2018						
2019	529,68	778,1	1186,44	43,38	13,04	86,22
2020	690,21	1602,98	1232	55,62	11,54	126,28

Quadro 21 – Total de Resíduos (ton)/tipologia enviados para Ambisousa

Existem vários espaços verdes associados à prática desportiva, nomeadamente o Parque da Cidade, o Parque do Rio Ferreira (Rebordosa e Lordelo), os Parques em Cete, em Louredo e o a Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto.

O concelho de Paredes, no âmbito da mobilidade, apresentava em 2011 (Censos INE) 9194 entradas no Município e 15118 saídas, para trabalhar ou estudar. A população residente que trabalhava ou estudava, 50877, à data dos Censos de 2011, cerca de 70 % deslocava-se dentro do Concelho, num total de 35759, sendo que destes 55% faziam-no dentro da sua freguesia de residência. O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares por local de residência, pela população residente em Paredes é a utilização do automóvel, seguido das deslocações a pé e de autocarro em terceiro lugar. O que diferencia Paredes dos valores nacionais e metropolitanos é apresentar valores superiores ao nível da utilização do comboio, ter uma percentagem ligeiramente inferior ao nível da utilização do automóvel e ligeiramente superior nas deslocações a pé.

Ao nível da saúde, verifica-se que o nº de médicos por 1000 habitantes aumentos entre o período compreendido entre 2014 e 2020.

Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Paredes	1,4	1,4	1,6	1,7	1,9	2	2,1

Quadro 22 - Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) no Concelho - INE, Estatísticas do pessoal de saúde

No Concelho de Paredes, a rede de equipamentos de saúde é composta por 2 Centros de Saúde, o Centro de Saúde de Paredes e o Centro de Saúde de Rebordosa, que possuem associados 7 USF - Unidades de Saúde Familiar, uma Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados e uma Unidade de Cuidados na Comunidade. A nível de farmácias o Concelho tem instalado cerca de 16 farmácias.

4.1.1.3 Riscos e alterações climáticas

Em 2018 foi aprovada a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, a qual detém como visão estratégica “Sensibilizar a população em relação às alterações climáticas, aumentando a sua capacidade adaptativa aos eventos climáticos decorrentes dessas alterações e implementando processos de adaptação ao nível da atuação municipal minimizando os seus efeitos” e “em conformidade com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, encontra-se estruturada em 4 objetivos nucleares:

- Identificar as vulnerabilidades atuais e futuras aos eventos decorrentes das alterações climáticas, em especial aos fenómenos extremos;
- Sensibilizar a população para as Alterações Climáticas – divulgar, promover o conhecimento sobre as alterações climáticas e os seus impactes;
- Propor opções/medidas de adaptação por forma a aumentar a capacidade de resposta do município aos fenómenos climáticos extremos e minimizar os seus efeitos;
- Cooperar a Nível Nacional – contribuir para a responsabilização do município em cooperar com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA).

Foram identificadas como opções de adaptação as seguintes:

- Elaborar uma EMAAC que preveja monitorização e revisão de objetivos e riscos.
- Implementação de um programa de ações de sensibilização para as alterações/adaptações climáticas.
- Elaborar e implementar um plano de soluções de conforto térmico do parque edificado - edifícios públicos.
- Criação de uma unidade municipal para avaliação, monitorização e implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas.
- Condicionar a construção na proximidade das linhas de água e o seu restauro ecológico
- Promover ações de (re)arborização com espécies autóctones e promover o controlo de invasoras
- Operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Reabilitação de áreas florestais com aproveitamento da Biomassa Florestal

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

O quadro abaixo, apresenta as ocorrências, o número de vítimas mortais, feridos e assistidos, registadas no período compreendido entre 01/01/2012 e 31/12/2017. Neste período, constatou-se que o número mais elevado de ocorrências estão relacionadas com assistência em saúde, no entanto é de realçar também o número de ocorrências relativas aos incêndios rurais.

Ocorrências			Vítimas Mortos	Feridos		Assistidos
Tipo		(n.º)		Graves	Leves	
Acidentes	Acidente Aéreo	1				1
	Acidentes com veículos fora de estrada	8	2	1	5	
	Atropelamento ferroviário	6	4	1	1	
	Atropelamento rodoviário	260	3	18	235	15
	Colisão rodoviária	963	8	51	1126	153
	Despiste	742	2	29	693	114
Acidentes Industriais e Tecnológicos	Fuga de Gás em conduta	9			2	
	Fuga de Gás em garrafa	12		2	2	1
	Fuga de Gás em reservatório	1			1	
Assistência e Prevenção a Atividades humanas	Abastecimento de Água a entidades privadas	230				
	Abastecimento de Água a entidades públicas	46				

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Ocorrências		Vitimas	Feridos		Assistidos
Tipo	(n.º)		Graves	Leves	
Abastecimento de Água à População	212				
Abertura de Elevadores	64				
Abertura de porta com socorro	148	1	1	8	6
Abertura de porta sem socorro	359				
Assistência à população e Apoio Social	6				
Apoio psicossocial	1				
Busca e Resgate Terrestre, de Pessoas	40			8	1
Busca e Resgate Terrestre, de Animais	184				
Busca e Resgate Aquático, de Pessoas	9	1		1	
Busca e Resgate Aquático, de Animais	6				
Corte ou Remoção de elementos em perigo de queda	14				
Reboque e Desempanagem	91				
Prevenção a atividades de lazer	1431				
Prevenções a Queimadas	11				

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Ocorrências			Vítimas	Feridos		Assistidos
Tipo	(n.º)			Graves	Leves	
	Patrulhamento, Reconhecimento e Vigilância	2238				
	Limpeza de Via e Sinalização de Perigo	825			1	
	Acompanhamento de Transportes	4				
Assistência em Saúde	Doença	31977	175	14	371	202
	Evacuação e Transporte médico aéreo	1				
	Intoxicação	519	1	11	416	60
	Pré-Afogamento	1		1		
	Queimadura	62		9	51	1
	Trabalho de Parto	129			1	
	Transporte de Doentes entre Unidades de Saúde	923				
	Transporte Extra SIEM	6662	4		17	19
	Transporte Regular de Doentes	1				
	Trauma	7623	21	98	7076	225
Comprometimento Total ou parcial de Segurança, Serviços ou Estruturas	Queda de Árvore	190			1	
	Queda de elementos de construção em estruturas edificadas	15				
	Queda de estruturas	22				

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Ocorrências			Vítimas Mortos	Feridos		Assistidos
Tipo		(n.º)		Graves	Leves	
	temporárias ou móveis					
	Desentupimento / Tamponamento	99				
	Desabamento de estruturas edificadas	14				
	Dano ou queda de redes de fornecimento elétrico	22				
	Dano em redes de abastecimento de água	4				
	Movimento de massa	9	1			
	Inundação de estruturas ou superfícies por precipitação intensa	239				
	Inundação de estruturas por água canalizada	23				
	Corte de abastecimento de água	1				
	Colapso de galerias e cavidades artificiais	1				
Fenómenos Naturais	Ventos fortes	1				1
Incêndios em Detritos	Detritos confinados	91			1	
	Detritos não confinados	191			3	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Ocorrências			Vítimas Mortos	Feridos		Assistidos
Tipo		(n.º)		Graves	Leves	
Incêndios em equipamentos e Produtos	Equipamentos	78				
	Produtos	7				
Incêndio em Transportes	Rodoviário	125			2	4
Incêndios Rurais	Agrícola	142				
	Consolidação de Rescaldo	97				
	Mato	2559			30	7
	Povoamento Florestal	267			9	1
	Queima	73				
Incêndios Urbanos ou em Área Urbanizável	Áreas Comerciais e Gares de Transportes	10				
	Desporto e Lazer	1				
	Edifícios degradados ou devolutos	18			1	
	Espetáculos e Reuniões Públicas	1				
	Estacionamento de superfície	2				
	Estacionamento em profundidade ou silo	2			6	7
	Habitacional	239	1		11	4
	Hospitalares e Lares de Idosos	2				
	Hotelaria e Restauração	26		1	2	1

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Ocorrências			Vítimas Mortos	Feridos		Assistidos
Tipo		(n.º)		Graves	Leves	
	Indústria, Oficina e Armazém	95	1		2	4
	Parque Escolar	1				
	Serviços Administrativos	3				
Intervenção em Conflitos Legais	Agressão / Violação	573		10	551	64
	Apoio às Forças de Segurança	1			1	
	Explosão	1				
	Remoção e/ou Transporte de cadáver	31				
	Suicídio / Homicídio consumado	21	21			
	Suicídio / Homicídio na forma tentada	82		9	58	10
Operações	Deslocações em Formação	2287				
	Deslocações em Serviço Geral	818				
	Deslocações Oficiais	108				
	Exercício ou Simulacro	45				
	Operações Nacionais de Assistência	1				
	Pré-posicionamento de Meios	66				
	Pré-posicionamento de Meios DECIF	45			1	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Ocorrências			Vítimas	Feridos		Assistidos
Tipo		(n.º)		Graves	Leves	
	Rendição de Meios	56				
	Reposicionamento de Meios Aéreos	3				

Quadro 23 – Total de ocorrências e Vítimas por tipologia

Critérios 1ª RPDMP: Riscos Naturais e Tecnológicos

Descrição: Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos naturais e tecnológicos

Indicadores	Parâmetros	Ano					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Número de ocorrências acidentes rodoviários	Nº	311	332	357	380	367	284
Número de ocorrências acidentes indústria	Nº	18	13	14	13	21	16

Quadro 24 - Ocorrências registadas entre 01/01/2012 e 31/12/2017, ANPC

As Medidas de Autoproteção e Projetos de SCIE, são as elencadas abaixo:

Ano	2019	2020	Total
MAP's	18	30	48
Projetos	14	22	36

Quadro 25 - Medidas de Autoproteção e Projetos de SCIE, para os anos de 2019 e 2020, ANPC

De referir que à data não existem Indústrias SEVESO.

4.1.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

No caso de a proposta da 2ª RPDM não se efetuar, ao nível das tendências de evolução perspectiva-se:

- Maior dispersão de construções e infraestruturas;
- Menor capacidade de programação urbana;
- A infraestruturação e a qualificação do espaço público, poderá ter que ser mais prolongada em termos temporais;

- A nível da prevenção dos riscos, implicará menor capacidade de prevenção;

Em termos de sustentabilidade não terá a oportunidade de fomentar o mesmo aumento face à prevista na efetivação da 2ª RPDM.

- Menor valorização e salvaguarda da importância do solo

4.1.3 ANÁLISE ESTRATÉGIA DE EFEITOS

A análise estratégica de efeitos, considerando o carácter da 2ª RPDM, quer enquanto instrumento ativo da estratégia de desenvolvimento municipal, quer enquanto instrumento regulador do modelo de ordenamento, assente num conjunto de objetivos estratégicos, é realizada tendo por base os objetivos estratégicos, as ações estruturantes que integram o Plano de Execução e Financiamento, a avaliação e monitorização proposta também nesse documento, considerando que estes elementos traduzem e concretizam os objetivos territorialmente e permitem apreender os efeitos que terá o seu cumprimento e efetivação/concretização.

Na presente Revisão (2ª) do Plano Diretor Municipal de Paredes, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 56º do regulamento do Plano Diretor Municipal, solo classifica-se como solo rústico e como solo urbano. As categorias e subcategorias que materializam a qualificação do solo rústico são: Espaço Agrícola (integrando as subcategorias de espaço agrícola de produção, espaço agrícola de produção e de Infraestrutura verde, e, outros espaços agrícolas), Espaço Florestal (integrando as subcategorias de espaço florestal de conservação, espaço florestal de produção, espaços mistos de uso silvícola e agrícola e espaço florestal de recreio e valorização da paisagem), Espaço Natural e Paisagístico, Espaço Cultural, Espaço de Ocupação Turística, Espaço destinado a Equipamentos e Infraestruturas e outras Estruturas ou Ocupações (integrando as subcategorias de Espaços de Equipamentos, e Espaços de Infraestruturas), Aglomerados Rurais e, Áreas de Edificação Dispersa. As categorias e subcategorias que materializam a qualificação do solo urbano são: Espaço Central (subcategorias de Nível I, Nível II) Espaço Habitacional (nas subcategorias de Nível I, Nível II, Nível III, Nível IV), Espaço Urbano de Baixa Densidade, Espaço de Atividades Económicas, Espaço de Uso Especial (nas Subcategorias de Espaço de Equipamentos e Espaço de Infraestruturas) e Espaço Verde.

Claramente se denota um maior detalhe na classificação e qualificação do solo, assumindo particular atenção a vertente da contenção dos perímetros urbanos em função da sua infraestruturação, assim como, dotar de maior relevância a importância do solo rústico, atentos às suas subcategorias.

De referir que na presente Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes não existe uma reclassificação de solos, mas sim e apenas a classificação de solos ou seja uma classificação “*ex-novo*” do solo para a totalidade do território municipal.

A classificação do solo como “rústico” ou “urbano” teve por base legal o disposto no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto. Considerando a situação particular do município de Paredes, no que concerne à rede de infraestruturas de abastecimento de água e de

saneamento, “no início dos trabalhos de delimitação dos perímetros dos aglomerados urbanos e rurais tiveram lugar reuniões/sessões com a CCDRN” com o objetivo de clarificar e concertar a definição da metodologia a adotar para a delimitação de perímetros.

Apresenta-se quadro com as diferenças entre as áreas relativas à classificação do solo em vigor e à proposta atual, com base nas fichas de dados estatísticos.

	Área (PDM em vigor) (ha)	Área Proposta 2ª RPDM (ha)
Solo Rural Solo Rústico	9853,89	11885,19
Solo Urbano	5819,71	3790,45

Quadro 26- Áreas do solo em vigor versus área proposta

Verifica-se a existência de um aumento significativo de solo classificado como rural, como se constata nas figuras abaixo.

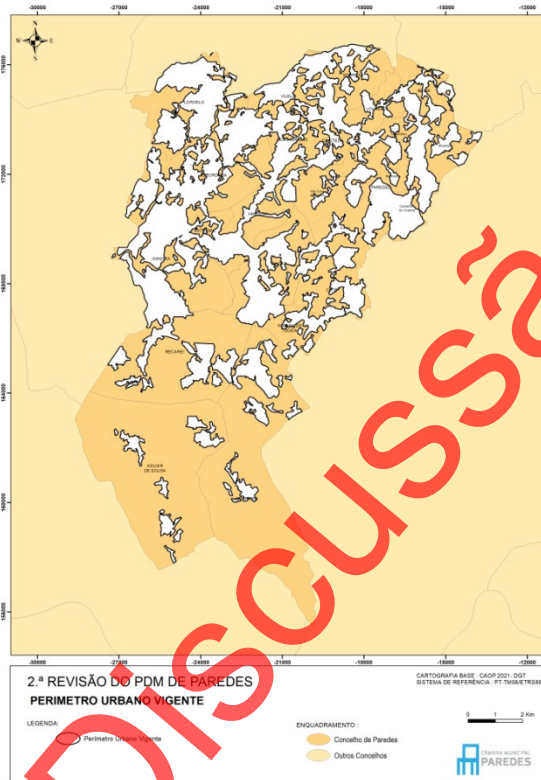


Figura 3 – Perímetro Urbano Vigente

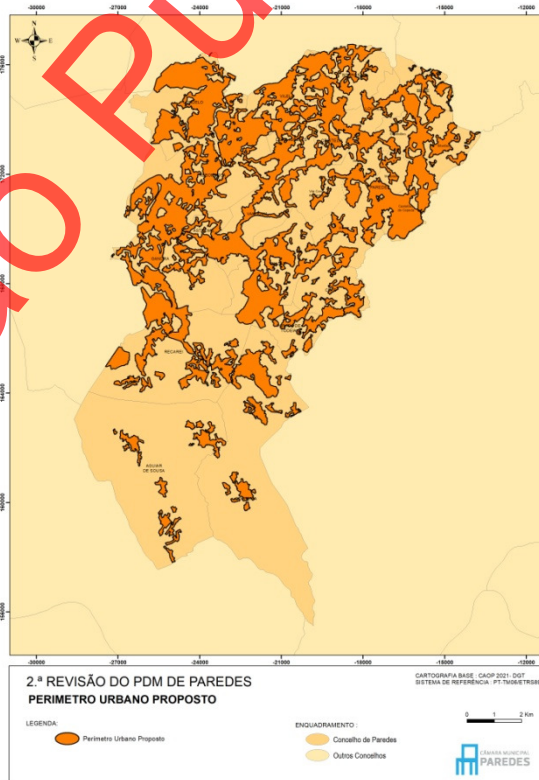


Figura 4 - Perímetro Urbano Proposto

O Programa de Execução é um elemento determinante na concretização do Plano atentos à especificidade de Paredes, considerando que este estabelece/identifica as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias da administração central e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções da administração central e municipais previstas a longo prazo.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

Avaliação estratégica de efeitos ambientais -		
Objetivos Estratégicos/Fatores Ambientais	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental		
Paredes concelho sustentável e atrativo		
Estabelecer um modelo territorial equilibrado, contendo a dispersão de construções e infraestruturas, promovendo a colmatção, a consolidação, qualificação e a reabilitação; (População, Saúde humana, Solo, Paisagem)	• Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e da Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes; • Contenção dos perímetros, promovendo a colmatção de malhas com o preenchimento de interstícios • Promoção da organização espacial do território	• Degradação/ abandono do espaço rural e da atividade agrícola, • Diminuição na qualidade da paisagem, • Aumento de ruído e de impermeabilização do solo • Aumento de pressão sobre o território
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, S, Si	1, 2, 3/ P/ C, S, Si
Programar a ocupação urbana, nomeadamente pela execução de unidades operativas de planeamento e gestão; (Bens Materiais, Solo, Paisagem, População)	• Adoção de soluções, que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; • Qualificação de espaços de usufruição pública; • Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; • Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado;	• Aumento de pressão pela população • Capacidade financeira
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, S, Si	1,2/ T/ S, SI
Reforçar a identidade dos núcleos urbanos, recuperando e requalificando espaços públicos; (População, Bens materiais, Solo, Paisagem)	• Recuperação e valorização do património edificado existente e promoção do património cultural associado; • Qualificação de espaços de usufruição pública;	• Capacidade financeira
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	1, 2, 3/ P/ C, S, Si	1,2/ T/ S, SI
Salvaguardar e valorizar o patrimônio construído, reabilitando, renovando, requalificando áreas urbanas degradadas, nomeadamente edifícios com identidade histórica ou cultural, infraestruturas e equipamentos, e de tecidos urbanos antigos; (População, Bens materiais, Solo, Paisagem, Saúde Humana)	- Promoção da Reabilitação Urbana, - Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), - Promoção da Reabilitação e requalificação do parque escolar – Carta Educativa Municipal, - Requalificação de equipamentos desportivos – Carta Desportiva Municipal, - Requalificação do Complexo Desportivo das Laranjeiras; - Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública;	Capacidade financeira
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, S, Si	1,2/ T/ S, SI
Promover a qualificação ambiental, expandindo racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento (incentivando a sua efetiva utilização, promovendo a adequação dos seus custos de construção, manutenção e exploração), prevenindo a produção e a perigosidade dos resíduos, reduzindo a produção e a deposição em aterro, e aumentando a recolha seletiva, reciclagem e a valorização; (Água, Solo, Saúde humana)	- Efetivação do Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, Infraestruturação (particularmente de saneamento) - Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; - Promoção da coesão territorial;	Capacidade financeira
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, S, Si	1,2/ T/ S, SI
Contribuir para a prevenção e gestão de riscos, identificando as áreas a eles sujeitos, em particular os naturais e mistos, e propondo medidas regulamentares de mitigação; (População, Bens materiais Biodiversidade, Fauna, Flora, Atmosfera, Património)	Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a prevenção de ocorrências de incêndios, acidentes industriais e, em caso de ocorrência, poderá minimizar os seus efeitos;	- Capacidade financeira - Recetividade do proprietário para o efeito
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ T, P/ C, Si	1,2/ T/ S, SI
Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, programando áreas a intervir a nível da qualidade do ar, do ruído ambiente e	- Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; - Promoção da coesão territorial; - Estruturação e infraestruturação de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas;	- Capacidade financeira - Recetividade do proprietário para a disponibilização dos prédios para o efeito

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

acessibilidades; (População, Saúde Humana, Atmosfera)	- Promoção da qualificação do espaço público; - Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), - Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto, - Construção e requalificação Passeios pedonais	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	1,2/ T/ S, Si
Preservar, salvaguardar valorizar e promover os recursos naturais, os recursos agrícolas, a paisagem, e, promover o ordenamento do espaço rural, como medida de controlo dos fogos rurais, evitando os usos deslocados, promovendo o pleno aproveitamento da produção primária, a sustentabilidade económica e ambiental do território do município; (Biodiversidade, solo, Paisagem, Água, Fatores climáticos, Atmosfera)	- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, - Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, - Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, - Controle de Invasoras, - Plantação de vegetação autóctones; - Prevenção da ocorrência de incêndios florestais/rurais - Redução da influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública - Aumentos dos níveis de proteção de solo - Promoção da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água; - Promoção da adaptação às alterações climáticas; - Promoção e fomento de um território sustentável;	- Capacidade financeira - Recetividade do proprietário para a disponibilização dos prédios para o efeito
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ T, P/ C, S, Si	-
Valorizar o património cultural e natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, enquanto motores de desenvolvimento, nomeadamente através da respetiva promoção turística e cultural. (Património, Paisagem, Biodiversidade, Fauna, Flora)	- Construção de miradouros; - Promoção da coesão territorial; - Promoção da qualificação do espaço público; - Estruturação e infraestruturação de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas; - Contributo para a sustentabilidade ecológica do território à escala municipal e nacional; - Garantia de fatores de valorização excecional no âmbito dos serviços de ecossistemas;	- Capacidade financeira - Recetividade do proprietário para a disponibilização dos prédios para o efeito
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, S, Si	1,2,3/ T,P/ C/S, SI
Paredes concelho empresarial		
Reforçar e qualificar a oferta e espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo à	- Instalação de Áreas de Atividades Económicas e concomitantemente instalação de empresas; - Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito	- Capacidade financeira - Capacidade de Carga do território/solo

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

relocalização industrial (Solo, População, Bens Materiais)		
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, S, SI	1,2,3/ T,P/ C/S, SI -
Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional, promovendo o desenvolvimento de atividades empresariais ajustadas e a instalação de novos setores de atividade, assegurando a devida acessibilidade; (População, Bens Materiais,)	• Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,; • Ligação das AAE às infraestruturas viárias; • Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; • Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; • Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;	• Capacidade financeira • Recetividade do proprietário para a disponibilização dos prédios para o efeito • Aumento de ruído e de impermeabilização do solo • Aumento de pressão sobre o território
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, SI	1,2,3/ T,P/ C/S, SI
Fomentar do investimento turístico, promovendo a instalação de novos setores de atividade e incentivando o investimento; (População, Bens Materiais, Saúde Humana)	• Sousa (passadiços, estacionamento e ponte) • Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio pedonal); • Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; • Fomento de trilhos e percursos pedestres; • Fomento do desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; • Promoção da qualificação do espaço público; • Promoção da coesão territorial; • Estruturação e infraestruturização de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas;	• Capacidade financeira • Capacidade de Carga do território/solo • Impermeabilização do solo
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, S, SI	1,2,3/ T,P/ C/S, SI
Paredes concelho competitivo		
Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica, incentivando e promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego; (População, Saúde humana, Bens materiais)	• Implementação da Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU) • Promoção da coesão territorial;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2/ P/ C, S, SI	-
Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional, promovendo a influência de Paredes a nível económico e social e a dimensão urbana, criando	• Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; • Implementação de Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa); • Promoção de Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais; • Fomentar o desenvolvimento sustentável,	• Situação económica e financeira • Capacidade de carga do território

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

condições de maior polarização de Paredes no contexto da respetiva NUT; (População, Bens materiais, Fatores climáticos, Atmosfera, Saúde humana)	através da organização espacial do território;	
	- Promoção da coesão territorial; - Promoção do espaço público; - Estruturação e infraestruturação de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas; - Promoção de medidas no âmbito de adaptação às alterações climáticas;	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território, nas suas diferentes valências; (População, Biodiversidade, Flora, Fauna, solo, água)	Desenvolvimento de estudos setoriais	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ T, P/ C, Si	-
Favorecer a mobilidade sustentável, promovendo os modos suaves e os transportes públicos, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções de maior contributo de descarbonização. (População, Atmosfera, Solo)	- Requalificação/conservação da rede viária municipal; - Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; - Passe Único - Promoção da coesão territorial - Promoção da diminuição de outros riscos	- Capacidade financeira - Capacidade de Carga do território/solo - Impermeabilização do solo
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ T, P/ C, Si	1,2/ T/ S, SI -

Quadro 27 - Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental

Abaixo efetua-se a análise SWOT do FCD#1- Ordenamento do território e qualidade.

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Oportunidades
Equilíbrio do sistema territorial	Controlo Normativo, Classificação ex-novo do solo		Degradação do solo rural pelo abandono	Contribuição da eficaz ocupação do solo
Qualificação territorial e ambiental	Controlo Normativo, Aumento no acesso a bens, serviços fundamentais Consolidação	Diferenciação entre diferentes Núcleos da população	Capacidade económica para a execução Abandono da atividade agrícola,	Contribuição para aumentar a coesão social Dinamização e rentabilização das redes de infraestruturas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	do espaço urbano		silvícola e florestal Caracter dinâmico da paisagem	
Riscos e alterações climáticas	Controlo Normativo, Existência de Plano Municipal de emergência de proteção civil, e do Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios Encontra-se em execução o Plano de Ação Climática	Fraca perceção do risco(s) e da vulnerabilidade pela população	Aumento	Promoção contínua da sensibilização, e formação ao nível da vulnerabilidade e perceção dos riscos e das alterações climáticas

Quadro 28 - Análise SWOT do FCD#1- Ordenamento do território e qualidade

O Quadro seguinte pretende avaliar os potenciais efeitos que a aplicação do plano tem ao alcance das metas e objetivos definidos no âmbito do QRE para o Fator Crítico Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental. Considerando que as Estratégias e Planos a nível Regional e Nacional refletem e estão de acordo com os objetivos de carácter europeu e a nível superior apenas se irão elencar o Programas, Planos e Estratégias a nível nacional ou regional e com relação forte com o FCD em apreço. O Programa de Execução é um elemento determinante na concretização do Plano atentos à especificidade de Paredes, considerando que este estabelece/identifica as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias da administração central e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções da administração central e municipais previstas a longo prazo, a avaliação dos potenciais efeitos será efetuada com base nas intervenções prioritárias identificadas em sede do Plano de Execução e do Plano de Financiamento.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

QRE	Objetivos Globais	Efeitos da aplicação do Plano
Estratégia Nacional para as Florestas	Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos Especialização do território	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias o Controlo de Invasoras, a Revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, e, o Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios.
Plano Nacional de Fogos Rurais	Cuidar dos espaços rurais	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias o Controlo de Invasoras, a Plantação de vegetação autóctone, e, o Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios.
Estratégia para o Turismo 2027	Valorizar o território e as comunidades	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, assim como a definição de Áreas de Reabilitação Urbana e Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela).
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	Promoção do Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país.	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias Unidades operativas de planeamento e gestão, o Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, a Infraestruturação.
Plano Estratégico	um setor ao serviço da população e da economia do	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais	País que presta serviços de qualidade e sustentáveis em termos ambientais, económico-financeiros e sociais	intervenções prioritárias Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, o Resgate da Concessão de Água e Saneamento de Paredes, a Infraestruturação.
Plano Nacional da Bacia Hidrográfica do Douro	Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias o Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, o Resgate da Concessão de Água e Saneamento de Paredes,
Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas	O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana do Porto procura estabelecer um roteiro estratégico que facilite a adaptação da Área Metropolitana do Porto aos riscos climáticos, que coloque definitivamente as ameaças decorrentes dos riscos climáticos na agenda dos políticos, dos planeadores, e que crie um público muito mais engaged e exigente nesta matéria. Este roteiro procura conceber as linhas mestras que orientarão cada um dos municípios a selecionar as ações que terão de implementar para se adaptar individualmente aos riscos climáticos atuais e futuros, assim como aquelas em que deverão concatenar-se com outros	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, o Controlo de Invasoras, a Plantação de vegetação autóctone.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	municípios para otimizar os resultados do seu investimento.	
Peti 3+	Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, Nova Linha do Caminho de Ferr.o – Vale do Sousa, e o PEDU–Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.
Plano Rodoviário Nacional	Reduzir as assimetrias regionais, a interioridade e o isolamento aumentando, assim, a coesão territorial e as oportunidades de desenvolvimento social e económico das populações mais desprotegidas; Reduzir a sinistralidade, em particular a mais grave, os tempos de percurso e as emissões poluentes, aumentando a segurança, o conforto e a eficiência energética e ambiental; Atrair investimento e emprego, promovendo o crescimento económico, uma maior diversidade da atividade económica e uma maior dinâmica empresarial.	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias, Ligação das Áreas de Atividades Económicas às Infraestruturas Viárias, a Requalificação/conservação da Rede Viária
Programa Nacional de Política de Ordenamento do	5 Desafios Territoriais (subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial)	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias, Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU), Nova Linha de caminho-de-ferro – Vale de

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Território	Gerir os recursos naturais de forma sustentável Valorizar o capital natural Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano Aumentar a resiliência socioecológica Promover um sistema urbano policêntrico Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna Promover a qualidade urbana Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização Promover o desenvolvimento transfronteiriço Reforçar a conectividade interna e externa Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade	Sousa, PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, Unidades operativas de planeamento e gestão, Áreas, Áreas de Atividades Económicas, Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada, Ligação das AAE às infraestruturas viárias, Parque de Campismo e Parque temáticos, Infraestruturação (particularmente de saneamento, Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), Campo de Golfe do Aqueduto
------------	--	--

	ecológica Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade Dinamizar as redes digitais Promover a governança territorial Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível Promover redes colaborativas de base territorial Aumentar a Cultura Territorial	
PROT-N (Nota: Atentos a que se encontra a ser desenvolvido o Programa Regional de Ordenamento do Território, foi considerado os objetivos em articulação com os objetivos do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conurbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos do interior, contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa, adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes, valorização das especificidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias, Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU), Nova Linha de caminho-de-ferro – Vale de Sousa, PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, Unidades operativas de planeamento e gestão, Áreas, Áreas de Atividades Económicas, Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada, Ligação das AAE às infraestruturas viárias, Parque de Campismo e Parque temáticos, Infraestruturação (particularmente de saneamento, Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), Campo de Golfe do Aqueduto

	regionais	
Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI)	O PNI 2030 consubstancia a estratégia do país para uma década de convergência com a União Europeia, de forma a permitir que Portugal possa responder adequadamente aos desafios globais que se perspetivam para a próxima década, assentando em 3 objetivos estratégicos, a saber: ■ Coesão, reforçando a coesão territorial, em particular através do reforço da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural; ■ Competitividade e Inovação, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica; ■ Sustentabilidade e Ação Climática, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas.	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, Áreas de Atividades Económicas, Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada, Ligação das AAE às infraestruturas viárias.

Quadro 29 - Efeitos da aplicação no âmbito das metas e objetivos definidos no âmbito do QRE

4.1.4 RECOMENDAÇÕES

A proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal consegue genericamente dar resposta às principais necessidades identificadas no Fator Crítico para a Decisão - Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental.

Visando uma otimização do contributo da 2ª RPDM, ao longo da sua implementação, elenca-se um conjunto de recomendação no quadro abaixo.

Discussão Pública

Recomendações	Objetivos de sustentabilidade do FCD	Contributo	Ameaças/Oportunidades
Controlo e operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território;	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território;	↑	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado; Contenção dos perímetros, promovendo a colmatação de malhas com o preenchimento de interstícios; Promoção da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;
Enquadramento paisagístico das infraestruturas;	Promover a qualificação do espaço público; Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico tendo em conta as condicionantes existentes;	↑	Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;
Estabelecimento de critérios para a definição	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear;	↑	Promoção da coesão territorial;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

de prioridades, para salvaguarda dos aglomerados rurais;	Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;		
Deve ser promovida a requalificação e a ocupação em habitação vagas em detrimento da construção nova, evitando maior índice de impermeabilização do solo;	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear; Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promover a requalificação patrimonial; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho;	↗	Promoção da Reabilitação Urbana;
Deve priorizar-se o fomento da coesão e consolidação dos espaços intersticiais com base numa gestão urbanística consistente;	Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território;	↗	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Contenção dos perímetros,

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			promovendo a colmatção de malhas com o preenchimento de interstícios;
Privilegiar a continuidade dos espaços verdes públicos;	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território. Promover o contínuo natural.	↑	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da adaptação às alterações climáticas; Fomento do desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção do espaço público;
Promover ações de sensibilização para as fragilidades do território e para os impactes a que o sujeitamos com as práticas quotidianas;	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promover a diminuir da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos. Promover a adaptação às alterações climáticas;	↑	Promoção da diminuição de outros riscos; Promoção da adaptação às alterações climáticas; Promoção da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água; Prevenção da ocorrência de incêndios florestais/rurais;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Deverá ser promovida a instalação de novas empresas em locais apropriadas e privilegiar instalações existentes mas desocupadas;	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Prevenir a ocorrência de acidentes industriais; Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a requalificação patrimonial;		Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Recuperação e valorização do património edificado; Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito;
As instalações industriais devolutas devem ser alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual;	Promoção da coesão territorial; Promover a qualificação do espaço público; Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a requalificação patrimonial; Aumentar a competitividade e atratividade do município		Recuperação e valorização do património edificado existente; Promoção da Reabilitação Urbana,

	no contexto regional;	
Promover uma imagem urbana qualificada e apelativa assente na qualidade do edificado e dos espaços públicos, no acesso a equipamentos de utilização coletiva e a todas as infraestruturas, que contribuem para a qualidade do espaço;	Promoção da coesão territorial Promover a qualificação do espaço público Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública. Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território;	Promoção da Reabilitação Urbana, Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela); Promoção da Reabilitação e requalificação do parque escolar – Carta Educativa Municipal; Requalificação de equipamentos desportivos – Carta Desportiva Municipal; Requalificação do Complexo Desportivo das Laranjeiras; Qualificação de espaços de usufruição pública; Promoção da qualificação do espaço público; Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da coesão territorial; Construção e requalificação

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			Passeios pedonais; Requalificação/conservação da rede viária municipal; Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes;
Acompanhar a implementação e a evolução da estruturação territorial definida no PDM, de forma a detetar atempadamente desvios ao nível da ocupação urbana ou incompatibilidades/conflitos de usos que requeiram medidas corretivas;	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;		Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado; Promoção da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;
Planeamento de intervenções num contexto integrado e intermunicipal;	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território. Promoção da coesão territorial;		Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;
Garantir a adoção de medidas de prevenção de “riscos” naturais e tecnológicos por parte	Reduzir a influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública.		Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

das empresas;	Prevenir a ocorrência de acidentes industriais. Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais. Aumentar os níveis de proteção do solo. Promover a diminuir da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos.		Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industriais; Promoção da diminuição de outros riscos;
Continuar com a aposta numa estratégia de consolidação do solo urbano em detrimento da dispersão da construção;	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios. Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território.		Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Contenção dos perímetros, promovendo a colmatção de malhas com o preenchimento de interstícios; Promoção da organização espacial do território; Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; Promoção da ocupação urbana em

			função dos objetivos previamente estabelecidos; Promoção da Reabilitação Urbana,
Garantir a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente;	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promover a qualificação do espaço público; Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes;		Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado; Qualificação de espaços de usufruição pública; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da qualificação do espaço público; Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			Fomento de trilhos e percursos pedestres; Estruturação e infraestruturação de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas;
Incentivar a realocação das unidades industriais e/ou empresariais localizadas fora das áreas delimitadas; para as áreas respeitantes aos espaços de atividades económicas devidamente adequados à atividade;	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território.	↑	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito;
Desenvolver e implementar uma proposta de estratégia de concertação entre entidades através de um plano de governança que defina e assegure a continuidade do conhecimento e identificação atempada e a correção de eventuais efeitos extremos e/ou negativos que	Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios; Prevenir a ocorrência de acidentes industriais; Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais; Aumentar os níveis de proteção do solo;	↑	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e

possam surgir relativamente a riscos naturais e tecnológicos adotando sempre uma abordagem multidisciplinar;	Promover a diminuir da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos. Promover a adaptação às alterações climáticas.	Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a prevenção de ocorrências de incêndios, acidentes industriais e, em caso de ocorrência , poderá minimizar os seus efeitos; Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa; Prevenção da ocorrência de incêndios florestais/rurais; Redução da influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública; Aumentos dos níveis de proteção de solo; Promoção da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água;
---	---	--

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			Promoção da adaptação às alterações climáticas; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;
Assegurar a eliminação progressiva de barreiras arquitetónicas no espaço público e outros impedimentos à devida circulação e acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida;	Promoção da coesão territorial Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública.	↗	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da coesão territorial;

Quadro 30 - Recomendações

Legenda: Potencia as oportunidades ↗

Responde às ameaças ↘

4.2 BIODIVERSIDADE, RECURSOS NATURAIS E PATRIMONIAIS

4.2.1 SITUAÇÃO ATUAL

Paredes detém 2 áreas classificadas, o Sítio Valongo (classificado como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de dezembro de 2004) e, a Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto (Deliberação da Assembleia Geral da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, de 21 de dezembro de 2016, (Aviso n.º 2682/2017, Diário da República n.º 53/2017, 2.ª Série, de 15 de março de 2017)).

A área do Parque das Serras do Porto que se encontra no Concelho de Paredes é de 3293 ha.

A área da Zona Especial de Conservação Valongo, em Paredes é de 1073 ha, de acordo com a informação cartográfica, ICNF, I.P., estão cartografados em Paredes três tipos de habitats naturais:

4030 - Charnecas secas europeias;

91E0* - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa excelsior* (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae);

9230 - Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*.

Observa ainda ao nível da fauna a *Chioglossa lusitânica*, a *Lacerda schreiberi*, a *Lutra lutra*, a *Chondrostoma duriensis*, a *Rutilus alburnoides* e a *Rutilus macrolepidotus*.

De acordo com a informação cartográfica, ICNF, I.P., estão cartografados em Paredes três tipos de habitats naturais:

4030 - Charnecas secas europeias;

91E0* - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa excelsior* (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae);

9230 - Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*.

A classificação do PSeP como Paisagem Protegida de âmbito regional e que integra o mapa da RNAP (Rede Nacional de Áreas Protegidas) é também uma forma de proteção para o Património Natural.

A Gestão, de acordo com o Regulamento de Gestão do Parque das Serras do Porto está a cargo da Associação de municípios Parque das Serras do Porto.

São objetivos específicos do Parque das Serras do Porto, nos termos do artigo 3º do acima citado Regulamento:

O conhecimento, a proteção, a conservação e a valorização da natureza, da biodiversidade, dos recursos geológicos e da geodiversidade;

A manutenção ou recuperação da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de construção e as manifestações sociais e culturais;

A conservação e valorização dos valores culturais presentes;

O fomento de iniciativas que promovam a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços, assim como o índice de felicidade;

O usufruto sustentável do território, ao nível turístico, desportivo e de lazer;

A promoção de práticas científicas e educativas que conduzam a uma maior literacia ambiental, assim como da participação ativa da comunidade na conservação do território, numa perspetiva de desenvolvimento harmonioso e sustentável;

A promoção de uma gestão integrada e participativa da área de paisagem protegida regional.

Detém os habitats Amiais ripícolas, os amiais ripícolas e vegetação higrófila megaforbica perene, os carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*, as charnecas secas europeias, as florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*, os Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrâneos não litorais e tomilhais e, Águas oligotróficas paradas com vegetação de *Hyperico elodis-Sparganion*.

De acordo com o estudo “Valorização do Património Natural das Terras do Sousa”, a sub-bacias do rio Sousa, apesar de se encontrar menos bem explorada do ponto de vista botânico do que a sub-bacias do rio Ferreira (em particular o troço incluído no Sítio da Rede Natura 2000 “Valongo”), inclui alguns locais de assinalável valor botânico e com um considerável potencial para fins de conservação e promoção ecoturística (VPNTS, 2008).

De acordo com o estudo “Valorização do Património Natural das Terras do Sousa”, a sub-bacias do rio Sousa, inclui alguns locais de assinalável valor botânico e com um considerável potencial para fins de conservação e promoção ecoturística (VPNTS, 2008).

Observa-se também ao nível da Aves, de acordo com o relatório referente aos “trabalhos relativos à prospeção, deteção, identificação e inventariação da avifauna presente no local da Senhora do Salto”, “do total de 78 espécies inventariadas, 34 espécies foram detetadas na área de estudo durante os trabalhos realizados, sendo de destacar a deteção e identificação de 3 espécies que, de acordo com a bibliografia consultada, não estavam ainda referenciadas na quadrícula” (quadrícula UTM 10x10 Km em que a área de estudo se insere – quadrícula NF45). “Estas 3 espécies são o noitibó-cinzento (*Caprimulgus europaeus*), o melro-de-água (*Cinclus cinclus*) e o tordo-pinto (*Turdus philomelos*).

Para além das 34 espécies de presença confirmada, “é também de realçar a presença histórica confirmada de bufo-real (*Bubo bubo*)”, e também de 3 outras espécies inscritas no anexo A-I da Diretiva Aves, nomeadamente o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), o noitibó-cinzento e o guarda-rios (*Alcedo atthis*). Salienta-se que tanto o falcão-peregrino como o noitibó-cinzento têm estatuto de vulnerável e que o bufo-real está classificado como Quase-Ameaçado, de acordo com o Livro Vermelho.

As zonas de bosque misto e de orla, associadas a campos agrícolas tradicionais ou matos rasteiros são os habitats com maior diversidade.

Foram implementadas várias ações nomeadamente no âmbito do projeto de conservação “Charnecas das Serras do Porto – conhecer, capacitar, conservar” no ano de 2018, a implementação do projeto no ano de 2020 “Valorização e adaptação dos rios Ferreira e Sousa às alterações climáticas”, que em Paredes se localizou no Rio Sousa e o projeto “Gestão ativa de áreas ocupadas com espécies invasoras” (2020-2021).

De referir também a plantação de espécies autóctones em diversas áreas o concelho, a implementação do programa de Voluntariado Jovem da natureza e Florestas.

A promoção de Eco-Caminhadas nos Parques Urbanos, a identificação de espécies, atividades com as Eco-escolas.

A nível Agrícola destaca-se o projeto “Cá Paredes” com diversas atividades e vertentes de valorização de setor de atividade assim como a promoção do Concurso “O Maior da Minha Aldeia”, e o arranque do “Banco de Terras Municipal”.

Ao longo do período entre 2014 e 2021, foram implementadas um nº significativo de ações de divulgação do património, através de vários meios de comunicação, como exemplo na dinamização de visitas guiadas.

4.2.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

No caso de a proposta da 2ª RPDM não se efetuar, ao nível das tendências de evolução perspetiva-se que:

- Menor capacidade de promoção do correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
- Menor capacidade de promover e garantir e manter a biodiversidade, os valores naturais e os serviços ecossistémicos;
- Menor capacidade na promoção da gestão sustentável dos recursos;
- Menor capacidade de proteger, melhorar a qualidade física dos fatores ambientais;
- Em termos de sustentabilidade não terá a oportunidade de fomentar o mesmo aumento face à prevista na efetivação da 2ª RPDM.

4.2.3 ANÁLISE ESTRATÉGIA DE EFEITOS

A análise estratégica de efeitos, considerando o carácter da 2ª RPDM, quer enquanto instrumento ativo da estratégia de desenvolvimento municipal, quer enquanto instrumento regulador do modelo de ordenamento, assente num conjunto de objetivos estratégicos, é realizada tendo por base os objetivos estratégicos, as ações estruturantes que integram o Plano de Execução e Financiamento, a avaliação e monitorização contemplada proposta também nesse documento, considerando que estes elementos traduzem e concretizam os objetivos territorialmente e permitem apreender os efeitos que terá o seu cumprimento e efetivação/concretização.

Na presente Revisão (2ª) do Plano Diretor Municipal de Paredes, destaca-se a importância que assume as Salvaguardas, com destaque para a Paisagem protegida de âmbito regional – Parque das Serras do Porto, o Património Natural assim como a Estrutura Ecológica Municipal, e a Adaptação e mitigação às alterações climáticas, as quais assumem subsecções próprias em sede de regulamento.

Verifica-se um cuidado no âmbito da “proteção, conservação, gestão racional, salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagístico em presença” a qual se destaca as áreas e ocorrência de valores naturais na ZEC Valongo, na Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto e outras áreas reconhecido interesse natural e paisagístico, conforme articulado do Artigo 86.º do Regulamento da 2.ª RPDM, destaca-se também pela sua pertinência o artigo 58.º - Compatibilidade de Usos e atividades, o artigo 64.º - Condicionamentos estéticos, ambientais ou paisagísticos assim como o articulado relativo às Servidões administrativas e Restrições de Utilidade Pública (Capítulo II do regulamento da 2.ª RPDM) e Salvaguardas (Capítulo III do regulamento 2.ª RPDM) e o articulado relativo à Secção VII - Espaços Verdes do regulamento da 2.ª RPDM.

Constata-se conforme figuras abaixo o aumento da RAN e a promoção da continuidade em termos espaciais o que promove o contínuo natural.

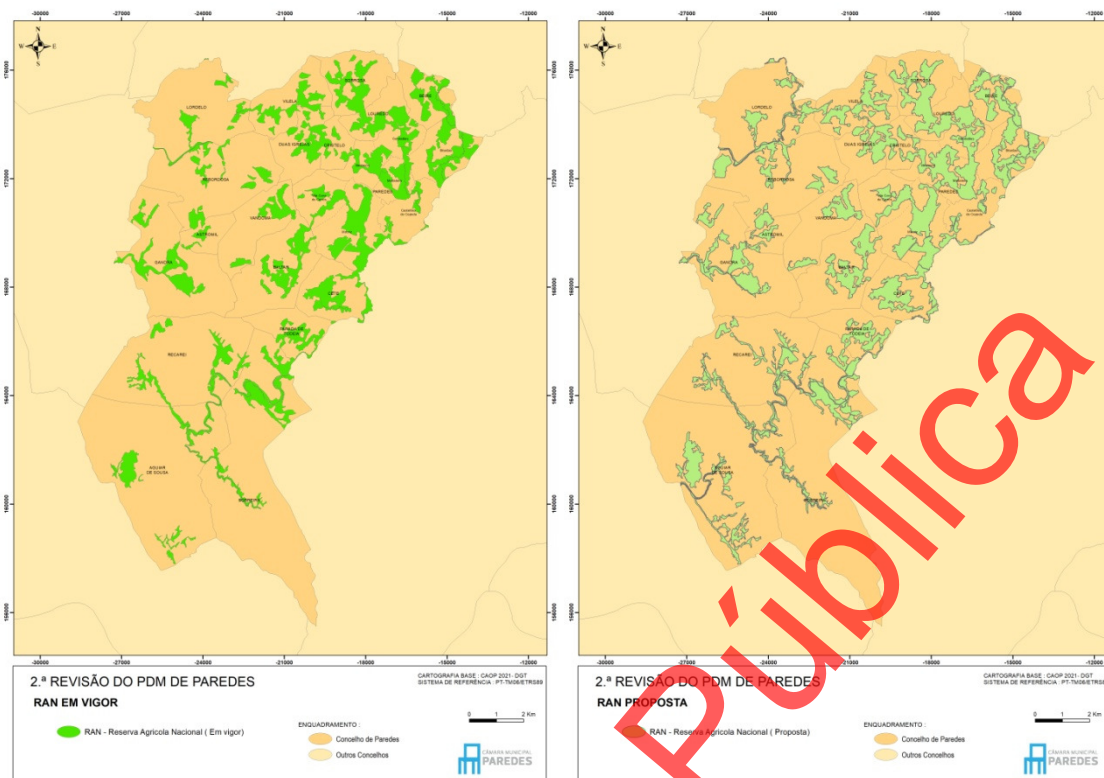


Figura 5 – RAN em vigor Figura 6 – RAN proposta

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T - Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS - FCD#2 - Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais		
Objetivos Estratégicos/Fatores Ambientais	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Paredes concelho sustentável e atrativo		
Estabelecer um modelo territorial equilibrado, contendo a dispersão de construções e infraestruturas, promovendo a colmatação, a consolidação, qualificação e a reabilitação; (População, Saúde humana, Solo, Paisagem)	- Promoção de um ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em consideração as condicionantes existentes através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes e do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano; - Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; - Promoção do contínuo natural; - Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Programar a ocupação urbana, nomeadamente pela execução de unidades operativas de planeamento e gestão; (Bens Materiais, Solo, Paisagem, População, Património)	- Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão; - Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; - Promoção da valorização do património cultural e natural; - Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; - Promoção da requalificação patrimonial	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Reforçar a identidade dos núcleos urbanos, recuperando e requalificando espaços públicos; (População, Bens materiais, Solo, Paisagem, Património)	- Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; - Promoção da requalificação patrimonial	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Salvaguardar e valorizar o património construído, reabilitando, renovando, requalificando áreas urbanas degradadas, nomeadamente edifícios com identidade histórica ou cultural, infraestruturas e equipamentos, e de tecidos urbanos antigos; (População, Bens materiais, Solo, Paisagem, Património)	- Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), - Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; - Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; - Promoção da requalificação patrimonial	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Promover a qualificação ambiental, expandindo racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento (incentivando a sua efetiva utilização, promovendo a adequação dos seus custos de construção, manutenção e exploração), prevenindo a produção e a perigosidade dos resíduos, reduzindo a produção e a deposição em aterro, e aumentando a recolha seletiva, reciclagem e a valorização; (Água, Solo, Biodiversidade, Fauna, Saúde humana, Atmosfera, População)	- Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, - Infraestruturação (particularmente de saneamento) - Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Contribuir para a prevenção e gestão de riscos, identificando as áreas a eles sujeitos, em particular os naturais e mistos, e propondo medidas regulamentares de mitigação; (População, Bens materiais)	Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Biodiversidade, Fauna, Flora, Atmosfera, Património)	Aplicação SIG, promoverá a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos;	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, programando áreas a intervir a nível da qualidade do ar, do ruído ambiente e acessibilidades; (População, Bens materiais Biodiversidade, Fauna, Flora, Atmosfera, Património)	• Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; • Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; • Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; • Promoção da requalificação patrimonial;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Preservar, salvaguardar, promover e valorizar os recursos naturais e agrícolas, a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural, como medida de controlo dos fogos rurais, evitando os usos deslocados e promovendo o pleno aproveitamento da produção primária, a sustentabilidade económica e ambiental do território do município; (Biodiversidade, solo, Paisagem. Água, Fatores climáticos, Atmosfera)	• Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, • Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, • Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, • Projeto Banco de Terras, • Controlo de Invasoras, • Plantação de vegetação autóctones, • Projeto “A maior da Minha Aldeia” • Promoção da gestão sustentável e da conservação da floresta; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; • Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Ocorrência/Duração/Efeito 1, 2, 3/ P/ C, Si	Ocorrência/Duração/Efeito -
Valorizar o património cultural e natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, enquanto motores de desenvolvimento, nomeadamente através da respetiva promoção turística e cultural. (Biodiversidade, solo, Paisagem, Água, Fatores climáticos, Atmosfera)	• Contributo para a sustentabilidade ecológica do território à escala municipal e nacional • Garantia de fatores de valorização excecional no âmbito dos serviços de ecossistemas • Construção de miradouros • Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; • Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; • Promoção da valorização e da conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; • Promoção da valorização do património cultural e natural; • Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Paredes concelho empresarial		
Reforçar e qualificar a oferta e espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo à relocalização industrial; (Biodiversidade, solo, Água, Fatores climáticos, Atmosfera)	• Promoção da Proteção do “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ S, Si	-
Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional, promovendo o desenvolvimento de atividades empresariais ajustadas e a instalação de novos setores de atividade, assegurando a devida acessibilidade; (solo, Fatores climáticos, Atmosfera)	• Promoção da Proteção do “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Fomentar do investimento turístico, promovendo a instalação de novos setores de atividade e incentivando o investimento; (População, Bens Materiais)	• Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); • Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; • Fomento de trilhos e percursos pedestres; • Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; • Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	equipamentos e de infraestruturas socioculturais	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Paredes concelho competitivo		
Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica, incentivando e promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego; (População, Saúde humana, Bens materiais)	Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU)	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional, promovendo a influência de Paredes a nível económico e social e a dimensão urbana, criando condições de maior polarização de Paredes no contexto da respetiva NUT; (Bens materiais, Fatores climáticos, Atmosfera, Património)	Nova Linha de caminho de ferro – Vale de Sousa, Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território, nas suas diferentes valências; (População, Biodiversidade, Flora, Fauna, solo, água, Património)	Desenvolvimento de estudos setoriais	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Favorecer a mobilidade sustentável, promovendo os modos suaves e os transportes públicos, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções de maior contributo de descarbonização. (Património Atmosfera, Fatores climáticos Solo)	Requalificação/conservação da rede viária municipal, Linha de ferro do Douro e do Vale do Sousa, Passe Único	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-

Quadro 31 - Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

Abaixo efetua-se a análise SWOT do FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Oportunidades
Estrutura Biofísica, Biodiversidade e conservação e valorização da natureza	Controlo Normativo Integração na Associação de Municípios Parque das Serras do Porto Paisagem Protegida	Aplicação prática das normas de gestão relativas à Rede Natura 2000	Abandono de práticas de gestão e manutenção	Promoção da PSeP, Promoção de Candidaturano âmbito dos objetivos da PSeP, nomeadamente controlo de

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Parque das Serras do Porto (PSeP)			espécies invasoras
Recursos	Controlo Normativo Reabilitação e Valorização dos rios e ribeiras Monitorização da qualidade da água e do ar Fiscalização		Gestão da manutenção	Valorização das áreas Promoção e valorização dos serviços ecossistémicos Criação e aumento do contínuo natural
Património	Controlo Normativo Existência da Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto Prática contínua de dinamização de atividades no âmbito do Património			Valorização e recuperação do património, Aproveitamento para atividades de carácter lúdicas e científicas

Quadro 32 - Análise SWOT do FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

O Quadro seguinte pretende avaliar os potenciais efeitos que a aplicação do plano tem ao alcance das metas e objetivos definidos para o Fator Crítico Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais. Considerando que as Estratégias e Planos a nível Regional e Nacional refletem e estão de acordo com os objetivos de carácter europeu e a nível superior apenas se irão elencar o Programas, Planos e Estratégias a nível nacional ou regional e com relação forte com o FCD em apreço.

O Programa de Execução é um elemento determinante na concretização do Plano atentos à especificidade de Paredes, considerando que este estabelece/identifica as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias da administração central e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções da administração central e municipais previstas a longo prazo, a avaliação dos potenciais efeitos será efetuada com base nas intervenções prioritárias identificadas em sede do Plano de Execução e do Plano de Financiamento.

QRE	Objetivos Globais	Efeitos da aplicação do Plano
Estratégia	A ENCNE 2030 constitui um	No Plano de Execução e no Plano de

Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	documento de referência das políticas de ambiente para reduzir a perda de biodiversidade, tendo subjacente os compromissos internacionais e nacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Plano Estratégico da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade. Três vértices estratégicos: Melhorar o estado de conservação do património natural; Promover o reconhecimento do valor do património natural; Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade.	Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	O Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, constitui um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das Zonas de Proteção Especial e dos Sítios da Lista Nacional do território continental, bem como a manutenção das espécies num estado favorável nestas áreas. Objetivos: Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios; Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias

	Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos sítios e zpe; Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação; Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nos pontos anteriores; Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais.	
Estratégia Nacional para as Florestas	Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos Especialização do território	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho	Os PROF's são instrumentos de política sectorial de âmbito nacional, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. Objetivos:	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Plantação de vegetação autóctone, o Controle de Invasoras, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

	a) Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual; b) Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos; c) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas; e) Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas; f) Aumentar o contributo das Florestas para a mitigação das Alterações Climáticas; g) Promover a gestão florestal ativa e profissional; h) Desenvolver e promover novos produtos e mercados; i) Modernizar e capacitar as empresas florestais; j) Controlar e sempre que possível erradicar as espécies invasoras lenhosas; k) Promover a resiliência da floresta; l) Adequar as espécies às características da estação; m) Promover a valorização paisagística e as atividades de recreio nos espaços florestais; n) Desenvolver o uso múltiplo dos espaços florestais, nomeadamente ao nível da caça, pesca, produção de mel e cogumelos; o) Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos; p) Diversificar as atividades e os	
--	--	--

	produtos nas explorações florestais e agroflorestais; q) Modernização da silvopastorícia; r) Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados; s) Incentivar a gestão agrupada; t) Desenvolver a inovação e a investigação florestal; u) Qualificar os agentes do setor.	
Plano Nacional de Fogos Rurais	Cuidar dos espaços rurais	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Plantação de vegetação autóctone, o Controle de Invasoras, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas
Estratégia para o Turismo 2027	Valorizar o território e as comunidades	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Construção de miradouros, Projeto “A maior da Minha Aldeia”, a Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, o Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela, o Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), Fomentação de trilhos e percursos pedestres, O Parque de Campismo e Parque temáticos, os Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), o Campo de Golfe do Aqueduto.
Programa Nacional de Turismo da Natureza	Objetivo principal: a promoção e afirmação dos valores e potencialidades das áreas classificadas, como tal definidas no Decreto –Lei n.º 142/2008, de 24 de	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Construção de miradouros, o Projeto “A maior da Minha Aldeia”, o Projeto de Reabilitação do Rio

	julho, e de outras áreas com valores naturais e culturais, propiciando a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e sustentáveis nos municípios abrangidos por aquelas áreas e promovendo a integração e sustentabilidade dos seguintes domínios: Conservação da natureza; Desenvolvimento local; Qualificação da oferta turística; Diversificação da atividade turística; e Divulgação e valorização do património cultural.	Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), o Fomentação de trilhos e percursos pedestres, O Parque de Campismo e Parque temáticos, os Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), o Campo de Golfe do Aqueduto.
Plano Nacional da Bacia Hidrográfica do Douro	Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Infraestruturação (particularmente de saneamento), o Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, a Plantação de vegetação autóctone, o Controle de Invasoras, o Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, o Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas	O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana do Porto procura estabelecer um roteiro estratégico que facilite a adaptação da Área Metropolitana do Porto aos riscos climáticos, que coloque definitivamente as ameaças decorrentes dos riscos climáticos na agenda dos políticos, dos planeadores, e que crie um público muito mais engaged e exigente nesta	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Plantação de vegetação autóctone, o Controle de Invasoras, o Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, o Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

	matéria. Este roteiro procura conceber as linhas mestras que orientarão cada um dos municípios a selecionar as ações que terão de implementar para se adaptar individualmente aos riscos climáticos atuais e futuros, assim como aquelas em que deverão concatenar-se com outros municípios para otimizar os resultados do seu investimento.	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	5 Desafios Territoriais (subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial) Gerir os recursos naturais de forma sustentável Valorizar o capital natural Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano Aumentar a resiliência socioecológica Promover um sistema urbano policêntrico Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna Promover a qualidade urbana Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Construção de miradouros, o Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, o Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, o Projeto Banco de Terras, o Controle de Invasoras, a Plantação de vegetação autóctone, a aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, e, o Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela).

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Promover o desenvolvimento transfronteiriço Reforçar a conectividade interna e externa Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade Dinamizar as redes digitais Promover a governança territorial Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível Promover redes colaborativas de base territorial Aumentar a Cultura Territorial	
PROT-N (Nota: Atentos a que se encontra a ser desenvolvido o Programa Regional de Ordenamento do Território, foi considerado os objetivos em articulação com os objetivos do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conurbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos do interior, contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa, adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes, valorização das especificidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Construção de miradouros, o Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, o Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, o Projeto Banco de Terras, o Controle de Invasoras, a Plantação de vegetação autóctone, a aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, e, o Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela).
Programa	O PNI 2030 consubstancia a	No Plano de Execução e no Plano de

Nacional de Investimentos 2030 (PNI)	estratégia do país para uma década de convergência com a União Europeia, de forma a permitir que Portugal possa responder adequadamente aos desafios globais que se perspetivam para a próxima década, assentando em 3 objetivos estratégicos, a saber: ■ Coesão, reforçando a coesão territorial, em particular através do reforço da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural; ■ Competitividade e Inovação, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica; ■ Sustentabilidade e Ação Climática, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas.	Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias os Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), o Campo de Golfe do Aqueduto, a Construção de miradouros, o Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, o Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, o Projeto Banco de Terras, o Controle de Invasoras, a Plantação de vegetação autóctone.
---	---	--

Quadro 33 - Efeitos da aplicação no âmbito das metas e objetivos definidos no âmbito do QRE

4.2.4 RECOMENDAÇÕES

Recomendações	Objetivos de sustentabilidade do FCD	Contributo	Ameaças/Oportunidades
Promover o investimento nos valores naturais e no património enquanto fator de diferenciação e identitário;	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promover a valorização do património cultural e natural; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial; Promover atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais		• Promoção de um ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em consideração as condicionantes existentes através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes • Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; • Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; • Promoção da valorização do património cultural e natural; • Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; • Aquisição e recuperação da Casa da

		Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; • Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património • Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa
--	--	--

Promover ações de requalificação do património;	Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promover a requalificação patrimonial;		(passadiços, estacionamento e ponte pedonal); • Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; • Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão; • Promoção da valorização do património cultural e natural; • Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; • Promoção da requalificação patrimonial • Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), • Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal);
Incentivo a projetos de valorização económica da área florestal;	Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.		• Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem)

Desenvolvimento de ações que promovam a biodiversidade, valores naturais e património	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promover a valorização do património cultural e natural; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial; Promover atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais	enquanto serviços ecossistémicos; • Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; • Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Promoção da valorização do património cultural e natural; • Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; • Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), • Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem)
--	--	---

			• enquanto serviços ecossistémicos; • Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património; • Fomento de trilhos e percursos pedestres; • Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais
Enquadramento paisagístico das infraestruturas;	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover o contínuo natural.	↗	• Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão; • Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
Aproveitamento da estrutura ecológica para criação de percursos pedestres e áreas verdes de utilização pública;	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;	↗	• Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; • Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a

			manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; • Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; • Fomento de trilhos e percursos pedestres;
Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património que o valorize;	Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;		Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão; • Promoção da valorização do património cultural e natural; • Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; • Infraestruturação (particularmente de saneamento) • Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Promoção de um correto ordenamento biofísico e

			paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes • Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); • Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); • Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; • Fomento de trilhos e percursos pedestres;
Privilegiar a continuidade dos espaços verdes;	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover o contínuo natural. Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.		• Promoção do contínuo natural; • Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; • Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Promover ações de sensibilização para as fragilidades do solo rural;	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.		condicionantes existentes • Infraestruturação (particularmente de saneamento) • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos;
Incentivo de desenvolvimento de projetos com potencial para explorar vantagens competitivas associadas ao capital natural;	Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.		• Infraestruturação (particularmente de saneamento) • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; • Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); • Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; • Fomento de trilhos e percursos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			- pedestres; - Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais
Incentivo a projetos que valorizem os recursos endógenos;	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;	↗	- Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; - Infraestruturação (particularmente de saneamento) - Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; - Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; - Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); - Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; - Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); - Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; - Fomento de trilhos e percursos pedestres;
Promoção de estudos sobre os serviços dos	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	↗	Promoção da manutenção da

ecossistemas no município de Paredes e sua valorização económica;	em áreas classificadas; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.		biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos;
Incentivos aos projetos que envolvam a conservação e reabilitação do património natural e cultural;	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial;		• Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; • Promoção da valorização do património cultural e natural; • Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; • Promoção da requalificação patrimonial • Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos;

			• Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais
Garantir a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente;	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover o contínuo natural. Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	↗	• Infraestruturação (particularmente de saneamento) • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; • Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; • Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
Ação de divulgação e fomento de campanhas de promoção dos produtos locais de modo a garantir a sustentabilidade das atividades económicas;	Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto	↗	Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	serviços ecossistêmicos; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;		
Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística;	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	↗	Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, • Infraestruturação (particularmente de saneamento) • Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Promoção de atividades culturais • associadas à valorização do património
Sensibilizar a população local e turistas para a preservação e valorização dos espaços naturais, usufruindo-os de uma forma sustentável;	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	↗	Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. • Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); • Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto;

Quadro 34- Avaliação estratégica de efeitos ambientais – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

Legenda: Potencia as oportunidades ↗ Responde às ameaças- ↘

4.3 COMPETITIVIDADE E ACTIVIDADE ECONÓMICA

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na visibilidade internacional do Concelho.

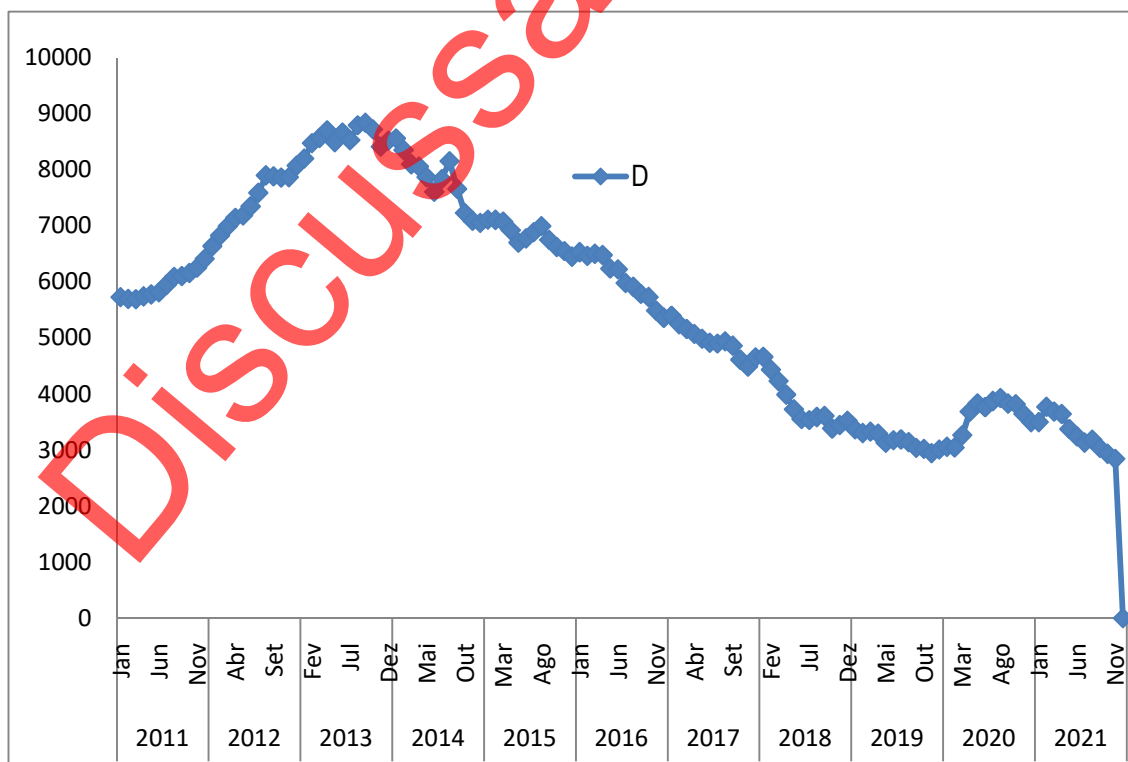
4.3.1 SITUAÇÃO ATUAL

Ao nível da competitividade e atividade económica, Paredes no período compreendido entre 2011 e 2021, a população residente apresentou uma evolução positiva ao nível do ensino, particularmente ao nível do ensino superior e ao nível secundário e pós secundário.

	Total	Nenhum	Ensino básico	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino secundário e pós secundário	Ensino superior
2011	86854	17475	55731	25791	16459	13481	8680	4968
2021	84371	11487	47936	21351	12834	13751	16474	8474

Quadro 35 - População residente (N.º) no concelho, por Níveis de ensino - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ao nível do desemprego, verifica-se a partir de 2013 uma tendência na diminuição do número de desempregado, com apenas uma ligeira oscilação no ano 2020, provavelmente derivado da Pandemia.



Quadro 36 – Desemprego registado no Concelho - IEFP

Ao nível da qualificação do emprego denota-se um aumento na qualificação do emprego.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	13209	14110	15090	15806	16783	16642
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	702	666	672	689	698	691
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	679	725	809	861	954	934
Técnicos e profissões de nível intermédio	1099	1142	1276	1343	1499	1618
Pessoal administrativo	1611	1732	1845	1981	2175	2199
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	1547	1643	1781	1870	1885	1863
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	39	38	36	40	53	41
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	4678	4981	5164	5501	5815	5525
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1554	1720	1906	1864	1900	1994
Trabalhadores não qualificados	1296	1462	1595	1655	1801	1774

Quadro 37 - População empregada por conta de outrem (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Profissão -MTSSS/GEP,

No período compreendido entre 2011 e 2017 o número de empresas e sociedades aumentou consideravelmente em Paredes, como se pode comprovar pelo quadro acima. Ao nível das empresas destaca-se as de comércio por grosso e a retalho, no entanto, o mesmo já não acontece com as sociedades, cujo predomínio é o das indústrias transformadoras.

No que respeita à evolução do número de empresas no Concelho segundo o CAE, verifica-se que as empresas de comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, indústrias transformadoras, educação e construção tiveram uma diminuição no período 2011 a 2017, enquanto as outras tiveram uma tendência de expansão, pese embora com algumas com oscilações. A diminuição no período 2011 a 2017 derivou da diminuição do número de empresas em nome individual, conforme se pode constatar da análise dos gráficos abaixo



Gráfico 1 - Total de Empresas e Sociedades - INE, Sistema de contas integradas das empresas

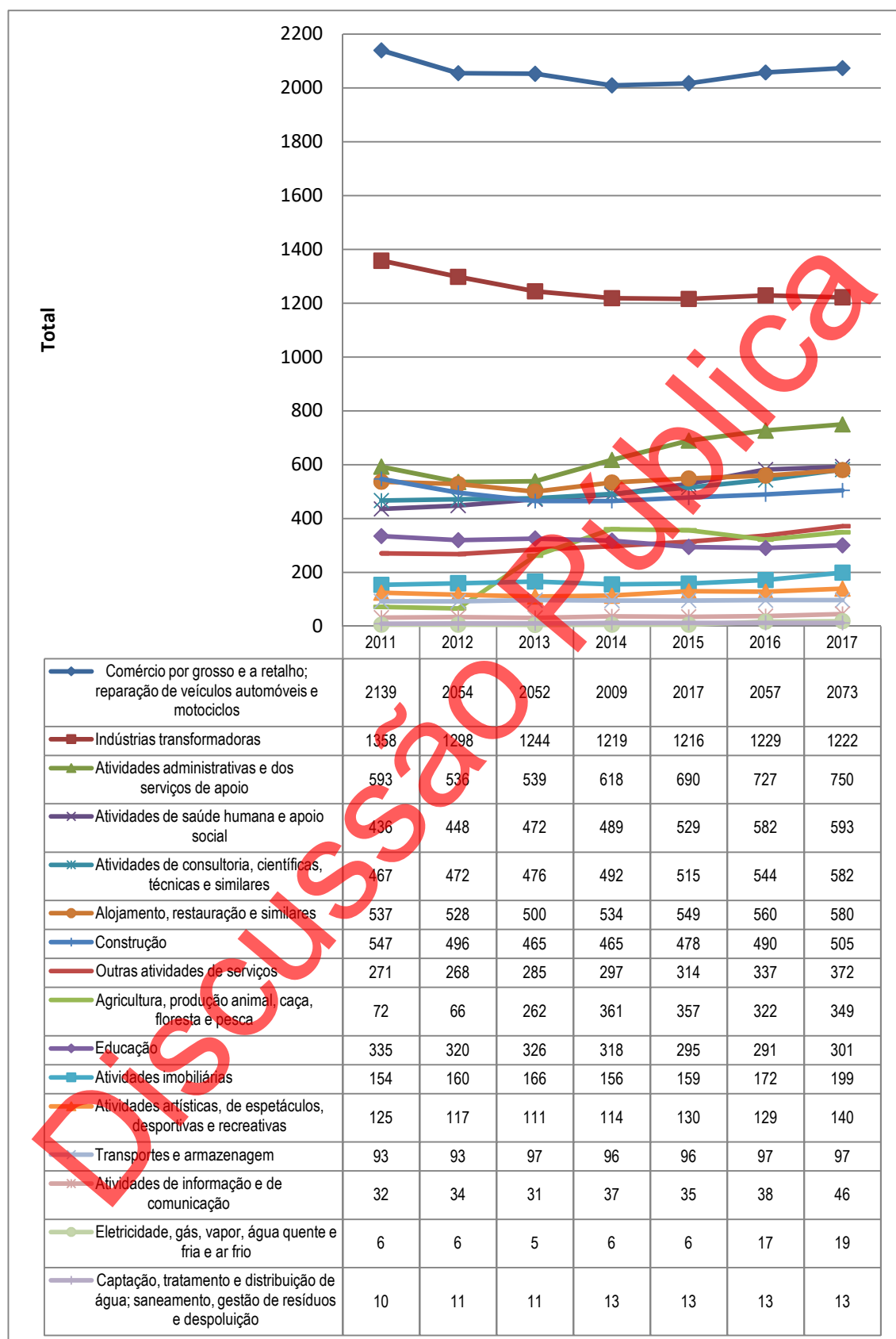


Gráfico 2- Empresas segundo a CAE, INE, Sistema de contas integradas das empresas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

As exportações e importações de mercadorias mantiveram um ritmo crescente até 2020, ano em que fruto da Pandemia, sofreu uma diminuição nas exportações e nas importações de mercadorias. O volume de negócios verificou um tendência crescente entre 2014 e 2019.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Paredes	265.895.594	298.719.207	323.902.363	356.040.733	366.122.284	375.694.076	332.194.359

Quadro 38- Exportação de mercadorias (unidade:€)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Paredes	126.664.989	143.758.058	162.712.011	183.190.202	208.623.743	212.298.674	182.123.208

Quadro 39 – Importações de mercadorias (unidade:€)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Paredes	1.417.771.906	1.480.551.045	1.558.479.228	1.842.720.011	1.933.777.962	2.027.034.453

Quadro 40 – Volume de Negócios dos estabelecimentos (unidade:€)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Paredes	35.025	39.588	50.165	56.239	63.671	59.057

Quadro 41 - Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Unidade: número de dormidas)

As dormidas em estabelecimentos hoteleiros revelou um aumento ao longo do período entre 2014 e 2018, e uma diminuição em 2019.

4.3.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

No caso de a proposta da 2ª RPDM não se efetuar, ao nível das tendências de evolução perspectiva-se que:

- Menor capacidade de promoção da criação de emprego
- Menor capacidade de promover a atração da fixação de empresas;
- Menor capacidade na promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas;
- Menor capacidade de garantir os elementos, pontos chave e bases para a promoção da competitividade e da promoção externa do Município;
- Em termos de sustentabilidade não terá a oportunidade de fomentar o mesmo aumento face à prevista na efetivação da 2ª RPDM.

4.3.3 ANÁLISE ESTRATÉGIA DE EFEITOS

A análise estratégica de efeitos, considerando o carácter da 2ª RPDM, quer enquanto instrumento ativo da estratégia de desenvolvimento municipal, quer enquanto instrumento regulador do modelo de ordenamento, assente num conjunto de objetivos estratégicos, é realizada tendo por base os objetivos estratégicos, as ações estruturantes que integram o Plano de Execução e Financiamento, a avaliação e monitorização contemplada proposta também nesse documento, considerando que estes elementos traduzem e concretizam os objetivos territorialmente e permitem apreender os efeitos que terá o seu cumprimento e efetivação/concretização.

A proposta da 2ª RPDM, tem como base ser um concelho sustentável e atrativo, um concelho empresarial e um concelho competitivo, pelo que os elementos que compõem o plano refletem isso mesmo, atente-se a preocupação de garantir o aumento de áreas de atividades económicas, com o necessário respeito pelas condicionantes e salvaguardas, ao mesmo tempo que valoriza, salvaguarda e promove os recursos naturais, o património e estimula a prática agrícola e florestal com práticas mais sustentáveis.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T - Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#3- Competitividade e Atividade Económica		
Objetivos Estratégicos/Fatores Ambientais	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Paredes concelho sustentável e atrativo		

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Estabelecer um modelo territorial equilibrado, contendo a dispersão de construções e infraestruturas, promovendo a colmatação, a consolidação, qualificação e a reabilitação; (População, Saúde humana, Solo, Paisagem)	- Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, - Aumento da competitividade e atratividade do município pela implementação do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; - Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; - Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Programar a ocupação urbana, nomeadamente pela execução de unidades operativas de planeamento e gestão; (Bens Materiais, Solo, Paisagem, População)	- Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; - Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território - Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; - Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; - Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Reforçar a identidade dos núcleos urbanos, recuperando e requalificando espaços públicos; (População, Bens materiais, Solo, Paisagem)	- Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; - Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; - Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial;	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	• Fomento da apreensão da população do potencial do território	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Salvaguardar e valorizar o património construído, reabilitando, renovando, requalificando áreas urbanas degradadas, nomeadamente edifícios com identidade histórica ou cultural, infraestruturas e equipamentos, e de tecidos urbanos antigos; (População, Bens materiais, Solo, Paisagem)	• Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; • Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; • Fomento da apreensão da população do potencial do território	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Promover a qualificação ambiental, expandindo racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento (incentivando a sua efetiva utilização, promovendo a adequação dos seus custos de construção, manutenção e exploração), prevenindo a produção e a perigosidade dos resíduos, reduzindo a produção e a deposição em aterro, e aumentando a recolha seletiva, reciclagem e a valorização; (Água, Solo, População))	• Promover externamente o território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; • Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Contribuir para a prevenção e gestão de riscos, identificando as áreas a eles sujeitos, em particular os naturais e mistos, e propondo medidas regulamentares de mitigação; (População, Bens materiais Biodiversidade, Fauna, Flora, Atmosfera, Património)	• Promoção do aumento competitividade e da atratividade do município no contexto regional; • Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional • Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, programando áreas a intervir a nível da qualidade do ar, do	• Promoção do aumento competitividade e da atratividade do município no contexto regional através da Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), e	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

ruído ambiente e acessibilidades; (População, Saúde Humana, Atmosfera)	da Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto,	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Preservar, salvaguardar, promover e valorizar os recursos naturais e agrícolas, a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural, como medida de controlo dos fogos rurais, evitando os usos deslocados e promovendo o pleno aproveitamento da produção primária, a sustentabilidade económica e ambiental do território do município; (Biodiversidade, solo, Paisagem, Água, Fatores climáticos, Atmosfera)	• Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, do Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, do Controlo de Invasoras, da Plantação de vegetação autóctones; • Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; • Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; • Promoção da certificação de práticas e de produtos; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; • Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Valorizar o património cultural e natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, enquanto motores de desenvolvimento, nomeadamente através da respetiva promoção turística e cultural. (Património, Paisagem, Biodiversidade, Fauna, Flora)	• Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a construção de miradouros e implementação das demais ações elencadas no Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto; • Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; • Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; • Promoção da certificação de práticas e de produtos; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; • Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Paredes concelho empresarial		

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Reforçar e qualificar a oferta e espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo à relocalização industrial (Solo, População, Bens Materiais)	• Instalação de Áreas de Atividades Económicas e concomitantemente instalação de empresas; • Relocalização de Indústrias em local apropriado para o efeito;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	
Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional, promovendo o desenvolvimento de atividades empresariais ajustadas e a instalação de novos setores de atividade, assegurando a devida acessibilidade; (População, Bens Materiais,)	• Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,; • Ligação das AAE às infraestruturas viárias; • Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; • Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; • Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	
Fomentar do investimento turístico, promovendo a instalação de novos setores de atividade e incentivando o investimento; (População, Bens Materiais, Saúde Humana)	• Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego; • Promoção da qualificação da população e dos agentes económicos; • Promoção da criação de emprego qualificado; • Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação; • Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; • Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; • Promoção da certificação de práticas e de produtos; • Promoção do aumento da procura turística nacional e internacional;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Paredes concelho competitivo		
Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica, incentivando e promovendo o empreendedorismo e a criação de	• Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego com a Implementação da Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU) • Qualificação da população e dos agentes económicos; • Promoção da criação de emprego qualificado;	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

emprego; (População, Saúde humana, Bens materiais)	- Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; - Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; - Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; - Promoção do Aumento da competitividade e atratividade do município	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
		-
Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional, promovendo a influência de Paredes a nível económico e social e a dimensão urbana, criando condições de maior polarização de Paredes no contexto da respetiva NUT; (População, Bens materiais, Fatores climáticos, Atmosfera, Saúde humana)	- Promoção da competitividade e atratividade do município com o Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa, com a Implementação de Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), com a promoção de Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais; - Promoção da criação de emprego qualificado; - Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação; - Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território, nas suas diferentes valências; (População, Biodiversidade, Flora, Fauna, solo, água)	Promoção da competitividade e atratividade do município com o desenvolvimento de estudos setoriais e a sua divulgação	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
Favorecer a mobilidade sustentável, promovendo os modos suaves e os transportes públicos, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções de maior contributo de descarbonização. (População, Atmosfera, Solo)	- Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação com a Requalificação e conservação da rede viária municipal, com o fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; - Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município;	Não identificadas
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	1, 2, 3/ P/ C, Si	-
--	-------------------	---

Quadro 42 - Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#3 – Competitividade e atividade económica

Abaixo efetua-se a análise SWOT do FCD#3 – Competitividade e atividade económica

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Oportunidades
Emprego/Qualificação dos recursos humanos e dos serviços	Formação da população Capacidade de adaptação	Baixa qualificação de um nicho da população e enquanto recursos humanos		Formação em áreas distintas da sua prévia qualificação
Dinâmica económica e empresarial	Localização das áreas industriais Elevada qualificação da indústria do mobiliário, reconhecimento internacional da dinâmica da indústria do mobiliário Política Municipal existente	Fraca capacidade a nível económico e financeiro de algumas empresas/indústrias , - Qualidade ao nível das instalações e dimensão reduzida de algumas indústrias	Situação económica e financeira a nível nacional e europeu	Rentabilização do funcionamento das empresas, Otimização dos recursos, Certificação e sua promoção
Promoção do Território	Desenvolvimento e na participação em atividades internacionais para dinamização e projeção local, Projeção nacional e internacional derivado da indústria do mobiliário e nas redes existentes			Localização geográfica Projeção a nível internacional, capitação turística

Quadro 43 - Análise SWOT do FCD#3 – Competitividade e atividade económica

O Quadro seguinte pretende avaliar os potenciais efeitos que a aplicação do plano tem ao alcance das metas e objetivos definidos para o Fator Crítico Competitividade e atividade económica. Considerando que as Estratégias e Planos a nível Regional e Nacional refletem e estão de acordo com os objetivos de carácter europeu e a nível superior apenas se irão elencar o Programas, Planos e Estratégias a nível nacional ou regional e com relação forte com o FCD em apreço.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

O Programa de Execução é um elemento determinante na concretização do Plano atentos à especificidade de Paredes, considerando que este estabelece/identifica as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias da administração central e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções da administração central e municipais previstas a longo prazo, a avaliação dos potenciais efeitos será efetuada com base nas intervenções prioritárias identificadas em sede do Plano de Execução e do Plano de Financiamento.

QRE	Objetivos Globais	Efeitos da aplicação do Plano
Estratégia para o Turismo 2027	Valorizar o território e as comunidades	O plano detém a visão e os objetivos estratégicos assim como No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU), o Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), os Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais, o Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), o Parque de Campismo e Parque temáticos, a Fomentação de trilhos e percursos pedestres, o Desenvolvimento de estudos setoriais.
Programa Nacional de Turismo da Natureza	Objetivo principal: a promoção e afirmação dos valores e potencialidades das áreas classificadas, como tal definidas no Decreto –Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, e de outras áreas com valores naturais e culturais, propiciando a criação de produtos e serviços turísticos	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias o Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), o Parque de Campismo e Parque temáticos, a Fomentação de trilhos e percursos pedestres, o Desenvolvimento de estudos setoriais

	inovadores e sustentáveis nos municípios abrangidos por aquelas áreas e promovendo a integração e sustentabilidade dos seguintes domínios: Conservação da natureza; Desenvolvimento local; Qualificação da oferta turística; Diversificação da atividade turística; e Divulgação e valorização do património cultural.	
Peti 3+	Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias as Áreas de Atividades Económicas, a Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada, a Ligação das AAE às infraestruturas viárias, o Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), a Fomentação de trilhos e percursos pedestres, o Desenvolvimento de estudos setoriais
Plano Rodoviário Nacional	Reduzir as assimetrias regionais, a interioridade e o isolamento aumentando, assim, a coesão territorial e as oportunidades de desenvolvimento social e económico das populações mais desprotegidas; Reduzir a sinistralidade, em particular a mais grave, os tempos de percurso e as emissões poluentes,	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias Áreas de Atividades Económicas, a Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada, a Ligação das AAE às infraestruturas viárias.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	aumentando a segurança, o conforto e a eficiência energética e ambiental; Atrair investimento e emprego, promovendo o crescimento económico, uma maior diversidade da atividade económica e uma maior dinâmica empresarial.	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	5 Desafios Territoriais (subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial) Gerir os recursos naturais de forma sustentável Valorizar o capital natural Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano Aumentar a resiliência socioecológica Promover um sistema urbano policêntrico Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna Promover a qualidade urbana Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU), o Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), os Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais, as Áreas de Atividades Económicas, a Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada, a Ligação das AAE às infraestruturas viárias, o Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), o Parque de Campismo e Parque temáticos, a Fomentação de trilhos e percursos pedestres, o Desenvolvimento de estudos setoriais, a Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes, o PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

	serviços de interesse geral Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização Promover o desenvolvimento transfronteiriço Reforçar a conectividade interna e externa Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade Dinamizar as redes digitais Promover a governança territorial Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível Promover redes colaborativas de base territorial Aumentar a Cultura Territorial	
PROT-N (Nota: Atentos a que se encontra a ser desenvolvido o Programa Regional de Ordenamento do Território, foi considerado os objetivos em	Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conurbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos do interior, contrariar os fenómenos de urbanização	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU), o Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), os Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais, as Áreas de Atividades Económicas, a Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

articulação com os objetivos do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	e edificação difusa, adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes, valorização das especificidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais	a Ligação das AAE às infraestruturas viárias, o Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), o Parque de Campismo e Parque temáticos, a Fomentação de trilhos e percursos pedestres, o Desenvolvimento de estudos setoriais, a Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes, o PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI)	O PNI 2030 consubstancia a estratégia do país para uma década de convergência com a União Europeia, de forma a permitir que Portugal possa responder adequadamente aos desafios globais que se perspetivam para a próxima década, assentando em 3 objetivos estratégicos, a saber: ■ Coesão, reforçando a coesão territorial, em particular através do reforço da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural; ■ Competitividade e Inovação, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico	No Plano de Execução e no Plano de Financiamento foram identificadas como intervenções prioritárias a Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU), o Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), os Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais, as Áreas de Atividades Económicas, a Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada, a Ligação das AAE às infraestruturas viárias, o Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal), o Parque de Campismo e Parque temáticos, a Fomentação de trilhos e percursos pedestres, o Desenvolvimento de estudos setoriais.

	nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica; ■ Sustentabilidade e Ação Climática, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas.	
--	--	--

Quadro 44 - Efeitos da aplicação no âmbito das metas e objetivos definidos no âmbito do QRE

Discussão Pública

4.3.4 RECOMENDAÇÕES

Recomendações	Objetivos de sustentabilidade do FCD	Contributo	Ameaças/Oportunidades
Ação de divulgação e fomento de campanhas de promoção dos produtos locais;	Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Promover externamente o território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	↗	Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população do potencial do território
Estimular parcerias com as entidades científicas e tecnológicas	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego;	↗	Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional;		Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional;
Incentivar a realocação das unidades industriais/empresariais localizadas fora das áreas delimitadas para as áreas respeitantes aos espaços de atividades económicas devidamente adequados à atividade;	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação;	↗	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Instalação de Áreas de Atividades Económicas e concomitantemente instalação de empresas; Relocação de Industrias em local apropriado para o efeito; Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,; Ligação das AAE às infraestruturas viárias;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industriais;
Desenvolver campanhas-chave de marketing territorial	Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Promover externamente o território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	↗	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Aumento da competitividade e atratividade do município pela implementação do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território,

		alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população do potencial do território Promoção do aumento competitividade e da atratividade do município no contexto regional através da Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), e da Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto, Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, do Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, do Controlo de Invasoras, da Plantação de vegetação autóctones; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a construção de miradouros e implementação das demais ações elencadas no Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto;
--	--	---

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promoção da competitividade e atratividade do município com o Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa, com a Implementação de Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), com a promoção de Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais;
Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego	Promover a criação de emprego qualificado Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação;	↗	Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação;
Difundir a excelência das áreas de localização empresarial/industrial	Promover a criação de emprego qualificado Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Criar condições para a atração e fixação de novas	↗	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional;

	empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover externamente o território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;		Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,; Ligação das AAE às infraestruturas viárias; Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industriais;
Deverá ser promovida e motivada o estreitar de laços e fomentar parcerias institucionais, empresariais e particulares	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade;		Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.		Fomento da apreensão da população do potencial do território Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes;
Promover a competitividade ao nível da população em geral e em particular ao nível da população escolar por forma a criar uma política de competitividade	Qualificação da população e dos agentes económicos; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	↗	Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Fomento da apreensão da população do potencial do território
O Concelho deverá continuar a apostar nas políticas ao nível da formação e na educação e nas parcerias existentes	Promover a criação de emprego qualificado Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego;	↗	Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional
Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial	Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território;	↗	Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover a certificação de práticas e de produtos; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.		Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomento da apreensão da população do potencial do território
Garantir a compatibilização da atividade turística com as demais atividades económicas, seja através da qualidade visual das paisagens, ou pelo respeito à capacidade de resiliência dos elementos naturais e patrimoniais visitados;	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural,		Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de

	paisagístico, cultural e imaterial; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.		sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população do potencial do território
Assegurar que o desenvolvimento das atividades económicas locais é feito de forma a criar um 'elemento diferenciador.	Promover a criação de emprego qualificado Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no		Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	contexto regional; Promover a certificação de práticas e de produtos;		ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial;
Promover o desenvolvimento de parcerias com agentes económicos locais.	Promover a criação de emprego qualificado Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.		Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Fomento da apreensão da população do

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		potencial do território Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes;
Promover polos associados a universidades e onde sejam alocados recursos locais (recursos humanos, recursos naturais, etc.).	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos dos serviços e valorização do emprego; Promover a criação de emprego qualificado; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes;	Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego com a Implementação da Cidade Universitária de

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		Paredes (polo da CESPU)
Potencializar o aumento da oferta hoteleira, para a diversificação das atividades económicas, o que potencialmente se poderá vir a traduzir numa geração de emprego e qualificação profissional específica nesta área;	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego; Promover a criação de emprego qualificado; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o aumento da procura turística nacional e	Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população do potencial do território

	internacional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	
--	---	--

Quadro 45 – Recomendações

Discussão Pública

5 FASES SEGUINTEs

5.1 CONSULTA PÚBLICA E ÀS ENTIDADES

O Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica será submetido ao parecer das entidades, às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais, possam interessar os efeitos do PDM sobre o ambiente.

Após a ponderação dos pareceres das Entidades será concretizado a proposta de Relatório Ambiental, para ser submetido a consulta pública. Este procedimento faculta às autoridades interessadas e ao público em geral o Relatório Ambiental final da AAE, antes da aprovação do Plano, tendo em vista a sensibilização do público para as questões ambientais, no exercício do seu direito de cidadania.

Durante esta fase de consulta pública, e seguindo os princípios da boa governança, é possibilitado um envolvimento ativo e construtivo por parte de diferentes públicos-alvo que possam vir a ser estratégicos no sucesso da implementação do Plano.

Este envolvimento assegura a recolha de observações e sugestões formuladas pelos interessados que possam de algum modo ser afetados pela aprovação do Plano ou pela concretização das propostas nele consagradas.

Durante o prazo de consulta pública todos os elementos serão facultados através dos meios e canais mais adequados para o efeito.

5.2 DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Após aprovação do Plano de Diretor Municipal, será elaborada a Declaração Ambiental, nos termos do Artigo 10º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

Nesta Declaração será identificada a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal. Serão de igual forma referidas as observações apresentadas na consulta pública e pelas entidades, bem como a forma como esses contributos foram ponderados na elaboração do PDM Paredes final, justificando-se eventuais situações em que não tenham sido acolhidos.

A Declaração apresentará, ainda, as razões que fundaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação do Plano.

A Declaração Ambiental, será entregue à Agência Portuguesa do Ambiente a qual a disponibilizará para consulta, na sua página de Internet, assim como será remetida às demais entidades que foram objeto de consulta no âmbito do presente processo de avaliação ambiental estratégica.

5.3 SEGUIMENTO

Esta fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento, programa de avaliação e controlo ambiental, que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação. Este programa permite trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico e assegura o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Nesta fase a entidade responsável pelo Plano, a Câmara Municipal de Paredes, procede ao controlo dos efeitos significativos do PP no ambiente. A avaliação das consequências ambientais da aplicação do PDM e da evolução dos objetivos de sustentabilidade definidos serão acompanhados pela aferição dos indicadores definidos no capítulo Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, sendo os resultados divulgados pelo município, na sua página eletrónica, e enviados para a Agência Portuguesa do Ambiente, entidade que disponibilizará a informação a todos os interessados.

5.3.1 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL

A monitorização e a avaliação são fulcrais, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das propostas, quer dos impactos das propostas sobre o ambiente.

De facto, o artigo nº 11 do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho sublinha esta questão, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”

O objetivo desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território. Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental, assim como as correspondentes medidas de controlo.

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no quadro seguinte e tendo em conta os objetivos de, acompanhar e validar a avaliação dos efeitos negativos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do plano; avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos; avaliar a eficácia das orientações propostas, com vista a minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;

promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

Os indicadores selecionados pretendem dar uma medida da progressão em direção ao objetivo estabelecido, relativamente ao aspeto crítico em análise, sem descrever exaustivamente a situação tendencial.

A seleção de indicadores foi condicionada pela dificuldade na obtenção de informação que permita o seu cálculo, atendendo a este facto, tentou-se optar por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo a que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade definidos.

Alguns dos indicadores refletirão tendências que não resultam exclusivamente da implantação do plano em apreço, mas para as quais o Plano Diretor Municipal também contribui.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem ser adaptados, considerando os resultados obtidos ou, facilidade de obter dados ou informação que à data não se encontram.

As metas podem ter que sofrer reajuste devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

Discussão Pública

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Critérios	Descrição	Indicadores	Parâmetros	Periodicidade e de recolha	Valor de Referência (ano 2022)		Metas / Objetivos	Fontes de Informação
Equilíbrio do sistema territorial	Avaliação da consolidação, da ocupação, do uso do solo e da organização espacial do território	Obras de Beneficiação Edifícios	Nº	Anual	74		Aumentar	CMP
		Edifícios construídos fora do solo urbano, Aglomerado Rural e Edificação Dispersa	Nº	Anual	AOE	3157	Inferior a 20	CMP
					AP	22493		
					APIV	3506		
					EC	88		
					EE	87		
					EI	33		
					FC	724		
					FMUSA	8708		
					FP	205		
					FRVP	753		
					NP	742		
					T	204		

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito)	Nº	Bienal	579 (ano 2021)	Diminuir	CMP
Qualificação territorial e ambiental	Avaliação da qualificação urbana e mobilidade, da coesão territorial, dos níveis de infraestruturação e dos equipamentos e promoção da saúde pública	Adesão ao serviço de abastecimento de água (%/CM/ERSAR)	%	Anual	72,8%	Aumentar	CM/ERSAR
		Acessibilidade física aos sistemas públicos de drenagem de Águas residuais (%/CM/ERSAR)	%	Anual	79%	Cumprir o programa de execução	CM/ERSAR
		Acessibilidade física ao serviço de recolha seletiva	%	Anual	77%	80%	CM/ERSAR

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		(%/CM/ERSAR)					
		Espaços verdes, infraestruturas verdes	ha	Anual	3240	Aumentar	CMP
Riscos alterações climáticas	e Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos e da implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas	Medidas/ações desenvolvidas na prevenção e controlo de riscos	Nº	Anual	45	Garantir no mínimo 1 por Freguesia	CMP
		Edifícios em áreas suscetíveis de inundação	Nº	Anual	2674	Manter ou Diminuir	CMP
		Área ardida	ha	Anual	337,34	Manter abaixo da média dos últimos 10 anos	ICNF
		Medidas/ ações de adaptação às alterações climáticas implementados (nº)	Nº	Anual	3	Aumentar	CMP

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Estrutura Biofísica, Biodiversidade e conservação e valorização da natureza	Avaliação da proteção e salvaguarda dos ecossistemas e zonas de maior sensibilidade biofísica, da conservação e da valorização da biodiversidade e do património natural.	Medidas implementadas previstas em planos de gestão	Nº	Bienal	3	Igual ao previsto em planos de gestão	CMP
		Medidas e ações implementadas no âmbito da conservação, recuperação, valorização e promoção da biodiversidade, natureza, paisagem (Nº)	Nº	Bienal	3	Aumentar no mínimo 1/ano	CMP
Recursos	Avaliação da promoção da gestão e valorização da Estrutura Ecológica Municipal e da proteção, do melhoramento e recuperação dos fatores ambientais água, solo e ar.	Medidas / ações desenvolvidas no âmbito dos ecossistemas	Nº	Bienal	4	Igual ao previsto em planos de gestão/planos de atividades	CMP
		Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior	Nº	Trienal	Superficial – 0 de 7 Subterrâneas- 1 de 1	7 atingir o estado global igual ou superior a bom Manter 1 de 1	APA

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Património	Avaliação da promoção da valorização, da conservação e da requalificação do património e da promoção das atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais	Medidas, ações e atividades desenvolvidas no âmbito da preservação, conservação e valorização do património	Nº	Anual	32	Aumentar 1/ano	CMP
Dinâmica económica e empresarial	Avaliação da qualificação e do aumento atividades económicas, do aumento da criação de emprego e da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	Nascimento de empresas	Nº	Anual	1041(ano 2021)	Aumentar	INE
		Agentes de Animação turística	Nº	Anual	22	Manter ou Aumentar	Turismo Portugal, INE
		Volume de Exportações (€)	€	Anual	454461302	Aumentar	INE
Promoção do Território	Avaliação da promoção do aumento da competitividade e atratividade do Município, da promoção do turismo e da certificação de práticas e de produtos.	Capacidade de alojamento turístico	Nº	Anual	355	Aumentar 355	Turismo de Portugal
		Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico	Nº	Anual	51570	Aumentar 51570	Turismo Portugal, INE

Quadro 46 – Programa de Controlo e Avaliação Ambiental

6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

No quadro seguinte é realizado uma síntese geral da AAE da RPDM de Paredes por FCD considerados e por objetivos estratégicos, eventuais oportunidades ou ameaças.

A proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal consegue genericamente dar resposta às principais necessidades identificadas nos Fatores Críticos para a Decisão. Visando uma otimização do contributo da 2ª RPDM, ao longo da sua implementação, foi elencado um conjunto de recomendação, as quais constam no quadro 41.

Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental		
Objetivos Estratégicos	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Paredes concelho sustentável e atrativo		
Estabelecer um modelo territorial equilibrado, contendo a dispersão de construções e infraestruturas, promovendo a colmatação, a consolidação, qualificação e a reabilitação;	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e da Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes; Contenção dos perímetros, promovendo a colmatação de malhas com o preenchimento de interstícios Promoção da organização espacial do território	Degradação/ abandono do espaço rural e da atividade agrícola, Diminuição na qualidade da paisagem, Aumento de ruído e de impermeabilização do solo Aumento de pressão sobre o território
Programar a ocupação urbana, nomeadamente pela execução de unidades operativas de planeamento e gestão;	Adoção de soluções, que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; Qualificação de espaços de usufruição pública; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado;	Aumento de pressão pela população Capacidade financeira
Reforçar a identidade dos núcleos urbanos, recuperando e requalificando espaços	Recuperação e valorização do património edificado existente e promoção do património cultural associado; Qualificação de espaços de usufruição pública;	Capacidade financeira

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

públicos;		
Salvaguardar e valorizar o património construído, reabilitando, renovando, requalificando áreas urbanas degradadas, nomeadamente edifícios com identidade histórica ou cultural, infraestruturas e equipamentos, e de tecidos urbanos antigos;	Promoção da Reabilitação Urbana, Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), Promoção da Reabilitação e requalificação do parque escolar – Carta Educativa Municipal, Requalificação de equipamentos desportivos – Carta Desportiva Municipal, Requalificação do Complexo Desportivo das Laranjeiras; Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública;	Capacidade financeira
Promover a qualificação ambiental, expandindo racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento (incentivando a sua efetiva utilização, promovendo a adequação dos seus custos de construção, manutenção e exploração), prevenindo a produção e a perigosidade dos resíduos, reduzindo a produção e a deposição em aterro, e aumentando a recolha seletiva, reciclagem e a valorização;	Efetivação do Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, Infraestruturação (particularmente de saneamento) Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da coesão territorial;	Capacidade financeira
Contribuir para a prevenção e gestão de riscos, identificando as áreas a eles sujeitos, em particular os naturais e mistos, e propondo medidas regulamentares de mitigação;	Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a prevenção de ocorrências de incêndios, acidentes industriais e, em caso de ocorrência, poderá minimizar os seus efeitos;	Capacidade financeira Recetividade do proprietário para o efeito
Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, programando áreas a intervir a nível da qualidade do ar, do ruído ambiente e acessibilidades;	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da coesão territorial; Estruturação e infraestruturação de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas; Promoção da qualificação do espaço	Capacidade financeira Recetividade do proprietário para o efeito

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	público; Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto, Construção e requalificação Passeios pedonais	
Preservar, salvaguardar, promover e valorizar os recursos naturais e agrícolas, a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural, como medida de controlo dos fogos rurais, evitando os usos deslocados e promovendo o pleno aproveitamento da produção primária, a sustentabilidade económica e ambiental do território do município;	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, Controle de Invasoras, Plantação de vegetação autóctones; Prevenção da ocorrência de incêndios florestais/rurais Redução da influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública Aumentos dos níveis de proteção de solo Promoção da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água; Promoção da adaptação às alterações climáticas; Promoção e fomento de um território sustentável;	Capacidade financeira Recetividade do proprietário para a disponibilização dos prédios para o efeito
Valorizar o património cultural e natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, enquanto motores de desenvolvimento, nomeadamente através da respetiva promoção turística e cultural.	Construção de miradouros; Promoção da coesão territorial; Promoção da qualificação do espaço público; Estruturação e infraestruturação de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas; Contributo para a sustentabilidade ecológica do território à escala municipal e nacional; Garantia de fatores de valorização excecional no âmbito dos serviços de ecossistemas;	Capacidade financeira Recetividade do proprietário para a disponibilização dos prédios para o efeito
Paredes conselho empresarial		
Reforçar e qualificar a oferta e espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo à relocalização industrial	Instalação de Áreas de Atividades Económicas e concomitantemente instalação de empresas; Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito	Capacidade financeira Capacidade de Carga do território/solo

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional, promovendo o desenvolvimento de atividades empresariais ajustadas e a instalação de novos setores de atividade, assegurando a devida acessibilidade;	Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada;; Ligação das AAE às infraestruturas viárias; Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;	Capacidade financeira Recetividade do proprietário para a disponibilização dos prédios para o efeito Aumento de ruído e de impermeabilização do solo Aumento de pressão sobre o território
Fomentar do investimento turístico, promovendo a instalação de novos setores de atividade e incentivando o investimento;	Sousa (passadiços, estacionamento e ponte Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio pedonal); Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; Fomento de trilhos e percursos pedestres; Fomento do desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da qualificação do espaço público; Promoção da coesão territorial; Estruturação e infraestruturacão de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas;	Capacidade financeira Capacidade de Carga do território/solo Impermeabilização do solo
Paredes concelho competitivo		
Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica, incentivando e promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego;	Implementação da Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU) Promoção da coesão territorial;	Não identificadas
Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional, promovendo a influência de Paredes a nível económico e social e a dimensão urbana, criando condições de maior polarização de Paredes no contexto da respetiva NUT;	Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; Implementação de Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adegas Cooperativa); Promoção de Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial; Promoção do espaço público; Estruturação e infraestruturacão de espaços	• Situação económica e financeira • Capacidade de carga do território

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	vocacionados para atividades lúdicas e turísticas; Promoção de medidas no Âmbito de adaptação às alterações climáticas;	
Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território, nas suas diferentes valências;	Desenvolvimento de estudos setoriais	Não identificadas
Favorecer a mobilidade sustentável, promovendo os modos suaves e os transportes públicos, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções de maior contributo de descarbonização.	Requalificação/conservação da rede viária municipal; Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; Passe Único Promoção da coesão territorial	Capacidade financeira
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS - FCD#2 - Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais		
Objetivos Estratégicos	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Paredes concelho sustentável e atrativo		
Estabelecer um modelo territorial equilibrado, contendo a dispersão de construções e infraestruturas, promovendo a colmatção, a consolidação, qualificação e a reabilitação;	Promoção de um ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em consideração as condicionantes existentes através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes e do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano; Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Promoção do contínuo natural; Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas;	Abandono de práticas de gestão e manutenção Capacidade financeira
Programar a ocupação urbana, nomeadamente pela execução de	Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão;	Capacidade financeira

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

unidades operativas de planeamento e gestão;	Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promoção da valorização do património cultural e natural; Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promoção da requalificação patrimonial	
Reforçar a identidade dos núcleos urbanos, recuperando e requalificando espaços públicos;	Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promoção da requalificação patrimonial	Capacidade financeira
Salvaguardar e valorizar o património construído, reabilitando, renovando, requalificando áreas urbanas degradadas, nomeadamente edifícios com identidade histórica ou cultural, infraestruturas e equipamentos, e de tecidos urbanos antigos;	Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promoção da requalificação patrimonial	Capacidade financeira
Promover a qualificação ambiental, expandindo racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento (incentivando a sua efetiva utilização, promovendo a adequação dos seus custos de construção, manutenção e exploração), prevenindo a produção e a perigosidade dos resíduos, reduzindo a produção e a deposição em aterro, e aumentando a recolha seletiva, reciclagem e a valorização;	Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, Infraestruturação (particularmente de saneamento) Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Capacidade financeira
Contribuir para a prevenção e gestão de riscos, identificando as áreas a eles sujeitos, em particular os naturais e mistos, e propondo medidas regulamentares de mitigação;	Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a manutenção da biodiversidade,	Eventos inesperados

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos;	
Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, programando áreas a intervir a nível da qualidade do ar, do ruído ambiente e acessibilidades;	Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promoção da requalificação patrimonial;	Capacidade financeira Recetividade do proprietário
Preservar, salvaguardar, promover e valorizar os recursos naturais e agrícolas, a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural, como medida de controlo dos fogos rurais, evitando os usos deslocados e promovendo o pleno aproveitamento da produção primária, a sustentabilidade económica e ambiental do território do município;	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, Projeto Banco de Terras, Controle de Invasoras, Plantação de vegetação autóctones, Projeto “A maior da Minha Aldeia” Promoção da gestão sustentável e da conservação da floresta; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;	Recetividade do proprietário
Valorizar o património cultural e	Contributo para a sustentabilidade ecológica do território à escala	Capacidade financeira Recetividade dos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, enquanto motores de desenvolvimento, nomeadamente através da respetiva promoção turística e cultural.	municipal e nacional Garantia de fatores de valorização excecional no âmbito dos serviços de ecossistemas Construção de miradouros Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promoção da valorização e da conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promoção da valorização do património cultural e natural; Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património	proprietários
Paredes concelho empresarial		
Reforçar e qualificar a oferta e espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo à relocalização industrial	Promoção da Proteção do “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Capacidade financeira
Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica no panorama regional e nacional, promovendo o desenvolvimento de atividades empresariais ajustadas e a instalação de novos setores de atividade, assegurando a devida acessibilidade;	Promoção da Proteção do “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Capacidade financeira, Potencial aumento de focos de poluição
Fomentar do investimento turístico, promovendo a instalação de novos setores de atividade e incentivando o investimento;	Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; Fomento de trilhos e percursos pedestres; Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;	Capacidade de carga

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais	
Paredes concelho competitivo		
Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica, incentivando e promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego;	Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU)	aumento de impermeabilização do solo
Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional, promovendo a influência de Paredes a nível económico e social e a dimensão urbana, criando condições de maior polarização de Paredes no contexto da respetiva NUT;	Nova Linha de caminho de ferro – Vale de Sousa, Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adegas Cooperativas), Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais	Capacidade de carga do território
Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território, nas suas diferentes valências;	Desenvolvimento de estudos setoriais	Não identificadas
Favorecer a mobilidade sustentável, promovendo os modos suaves e os transportes públicos, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções de maior contributo de descarbonização.	Requalificação/conservação da rede viária municipal, Linha de ferro do Douro e do Vale do Sousa, Passe Único	Não identificadas
Avaliação estratégica de efeitos ambientais - FCD#3- Competitividade e Atividade Económica		
Objetivos Estratégicos	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Paredes concelho sustentável e atrativo		
Estabelecer um modelo territorial equilibrado, contendo a dispersão de construções e	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

infraestruturas, promovendo a colmatação, a consolidação, qualificação e a reabilitação;	Paredes, Aumento da competitividade e atratividade do município pela implementação do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	
Programar a ocupação urbana, nomeadamente pela execução de unidades operativas de planeamento e gestão;	Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;	Não identificadas
Reforçar a identidade dos núcleos urbanos, recuperando e requalificando espaços públicos;	Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população do potencial do território	Não identificadas
Salvaguardar e valorizar o património construído, reabilitando, renovando, requalificando áreas urbanas degradadas, nomeadamente	Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

edifícios com identidade histórica ou cultural, infraestruturas e equipamentos, e de tecidos urbanos antigos;	Fomento da apreensão da população do potencial do território	
Promover a qualificação ambiental, expandindo racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento (incentivando a sua efetiva utilização, promovendo a adequação dos seus custos de construção, manutenção e exploração), prevenindo a produção e a perigosidade dos resíduos, reduzindo a produção e a deposição em aterro, e aumentando a recolha seletiva, reciclagem e a valorização;	Promover externamente o território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	Não identificadas
Contribuir para a prevenção e gestão de riscos, identificando as áreas a eles sujeitos, em particular os naturais e mistos, e propondo medidas regulamentares de mitigação;	Promoção do aumento competitividade e da atratividade do município no contexto regional; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território;	Não identificadas
Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, programando áreas a intervir a nível da qualidade do ar, do ruído ambiente e acessibilidades;	Promoção do aumento competitividade e da atratividade do município no contexto regional através da Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), e da Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto,	Não identificadas
Preservar, salvaguardar, promover e valorizar os recursos naturais e agrícolas, a diversidade paisagística e	Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

promover o ordenamento do espaço rural, como medida de controlo dos fogos rurais, evitando os usos deslocados e promovendo o pleno aproveitamento da produção primária, a sustentabilidade económica e ambiental do território do município;	Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, do Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, do Controlo de Invasoras, da Plantação de vegetação autóctones; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Promoção da certificação de práticas e de produtos; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;	
Valorizar o património cultural e natural, nomeadamente no âmbito do Parque das Serras do Porto, enquanto motores de desenvolvimento, nomeadamente através da respetiva promoção turística e cultural.	Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a construção de miradouros e implementação das demais ações elencadas no Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Promoção da certificação de práticas e de produtos; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;	Não identificadas
Paredes conselho empresarial		
Reforçar e qualificar a oferta e espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo à relocalização industrial	Instalação de Áreas de Atividades Económicas e concomitantemente instalação de empresas; Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito;	Capacidade financeira Capacidade de Carga do território/solo
Potencializar a atração de empresas e consolidar o peso da atividade económica	Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,; Ligação das AAE às infraestruturas viárias;	Capacidade financeira Recetividade do proprietário para a disponibilização dos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

no panorama regional e nacional, promovendo o desenvolvimento de atividades empresariais ajustadas e a instalação de novos setores de atividade, assegurando a devida acessibilidade;	Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;	prédios para o efeito Aumento de ruído e de impermeabilização do solo Aumento de pressão sobre o território
Fomentar do investimento turístico, promovendo a instalação de novos setores de atividade e incentivando o investimento;	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego; Promoção da qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção da criação de emprego qualificado; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promoção da certificação de práticas e de produtos; Promoção do aumento da procura turística nacional e internacional;	Capacidade financeira Capacidade de Carga do território/solo Impermeabilização do solo
Paredes concelho competitivo		
Posicionar o Município como âncora regional para o conhecimento, investigação e inovação tecnológica, incentivando e promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego;	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego com a Implementação da Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU) Qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção da criação de emprego qualificado; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação;	Não identificadas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção do Aumento da competitividade e atratividade do município	
Consolidar o posicionamento Paredes como município de importância regional, promovendo a influência de Paredes a nível económico e social e a dimensão urbana, criando condições de maior polarização de Paredes no contexto da respetiva NUT;	Promoção da competitividade e atratividade do município com o Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa, com a Implementação de Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), com a promoção de Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais; Promoção da criação de emprego qualificado; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional;	Situação económica e financeira Capacidade de carga do território
Promover o conhecimento, a divulgação e monitorização do território, nas suas diferentes valências;	Promoção da competitividade e atratividade do município com o desenvolvimento de estudos setoriais e a sua divulgação	Não identificadas
Favorecer a mobilidade sustentável, promovendo os modos suaves e os transportes públicos, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções de maior contributo de descarbonização.	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação com a Requalificação e conservação da rede viária municipal, com o fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município;	Capacidade financeira Capacidade de Carga do território/solo Impermeabilização do solo

Quadro 47 - Síntese geral da AAE da RPDM de Paredes por FCD e por objetivos estratégicos, eventuais oportunidades ou ameaças.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Recomendações	Prioridade	Objetivos de sustentabilidade do FCD	Contributo	Ameaças/Oportunidades
Fator Crítico para a Decisão – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental				
Controlo e operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território;	I	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território;	↗	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado; Contenção dos perímetros, promovendo a colmatção de malhas com o preenchimento de interstícios; Promoção da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;
Enquadramento paisagístico das infraestruturas;	II	Promover a qualificação do espaço público; Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico tendo em conta as condicionantes existentes;	↗	Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;
Estabelecimento de critérios para a definição de prioridades, para salvaguarda dos	I	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear; Conter os perímetros, colmatando malhas com o	↗	Promoção da coesão territorial;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

aglomerados rurais;		preenchimento de interstícios; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;		
Deve ser promovida a requalificação e a ocupação em habitação vagas em detrimento da construção nova, evitando maior índice de impermeabilização do solo;		Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear; Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promover a requalificação patrimonial; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho;	↗	Promoção da Reabilitação Urbana;
Deve priorizar-se o fomento da coesão e consolidação dos espaços intersticiais com base numa gestão urbanística consistente;	I	Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território;	↗	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Contenção dos perímetros, promovendo a colmatção de malhas com o preenchimento de interstícios;
Privilegiar a continuidade dos espaços verdes públicos;	I	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território. Promover o contínuo natural.	↗	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da adaptação às alterações climáticas; Fomento do desenvolvimento

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				sustentável, através da organização espacial do território; Promoção do espaço público;
Promover ações de sensibilização para as fragilidades do território e para os impactes a que o sujeitamos com as práticas quotidianas;	II	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promover a diminuir da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos. Promover a adaptação às alterações climáticas;	↑	Promoção da diminuição de outros riscos; Promoção da adaptação às alterações climáticas; Promoção da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água; Prevenção da ocorrência de incêndios florestais/rurais;
Deverá ser promovida a instalação de novas empresas em locais apropriadas e privilegiar instalações existentes mas desocupadas;	II	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Prevenir a ocorrência de acidentes industriais; Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a requalificação patrimonial;	↑	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Recuperação e valorização do património edificado; Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito;
As instalações industriais	II	Promoção da coesão territorial;		Recuperação e valorização do

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

devolutas devem ser alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual;		Promover a qualificação do espaço público; Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a requalificação patrimonial; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional;		património edificado existente; Promoção da Reabilitação Urbana,
Promover uma imagem urbana qualificada e apelativa assente na qualidade do edificado e dos espaços públicos, no acesso a equipamentos de utilização coletiva e a todas as infraestruturas, que contribuem para a qualidade do espaço;	I	Promoção da coesão territorial Promover a qualificação do espaço público Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública. Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território;		Promoção da Reabilitação Urbana, Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela); Promoção da Reabilitação e requalificação do parque escolar – Carta Educativa Municipal; Requalificação de equipamentos desportivos – Carta Desportiva Municipal; Requalificação do Complexo Desportivo das Laranjeiras; Qualificação de espaços de usufruição pública; Promoção da qualificação do espaço público; Promoção de condições favoráveis à

AValiação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental

				qualidade de vida e saúde pública; Promoção da coesão territorial; Construção e requalificação Passeios pedonais; Requalificação/conservação da rede viária municipal; Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes;
Acompanhar a implementação e a evolução da estruturação territorial definida no PDM, de forma a detetar atempadamente desvios ao nível da ocupação urbana ou incompatibilidades/conflitos de usos que requeiram medidas corretivas;	I	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;		Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado; Promoção da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;
Planeamento de intervenções num contexto integrado e intermunicipal;	II	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território. Promoção da coesão territorial;		Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa; Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promoção da coesão territorial;
Garantir a adoção de medidas de prevenção de “riscos”	I	Reduzir a influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública.		Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

naturais e tecnológicos por parte das empresas;		Prevenir a ocorrência de acidentes industriais. Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais. Aumentar os níveis de proteção do solo. Promover a diminuir da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos.	valorização; Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industriais; Promoção da diminuição de outros riscos;
Continuar com a aposta numa estratégia de consolidação do solo urbano em detrimento da dispersão da construção;	I	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios. Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território.	↗ Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Contenção dos perímetros, promovendo a colmatção de malhas com o preenchimento de interstícios; Promoção da organização espacial do território; Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Promoção da Reabilitação Urbana,

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Garantir a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente;	II	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território; Promover a qualificação do espaço público; Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes;	↑	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado; Qualificação de espaços de usufruição pública; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da qualificação do espaço público; Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; Fomento de trilhos e percursos pedestres; Estruturação e infraestruturização de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas;
Incentivar a relocalização das unidades industriais e/ou empresariais localizadas fora das áreas delimitadas; para as	II	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território.	↑	Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

áreas respeitantes aos espaços de atividades económicas devidamente adequados à atividade;			Paredes; Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos; Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito;
Desenvolver e implementar uma proposta de estratégia de concertação entre entidades através de um plano de governança que defina e assegure a continuidade do conhecimento e identificação atempada e a correção de eventuais efeitos extremos e/ou negativos que possam surgir relativamente a riscos naturais e tecnológicos adotando sempre uma abordagem multidisciplinar;	II	Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios; Prevenir a ocorrência de acidentes industriais; Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais; Aumentar os níveis de proteção do solo; Promover a diminuir da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos. Promover a adaptação às alterações climáticas.	 Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a prevenção de ocorrências de incêndios, acidentes industriais e, em caso de ocorrência, poderá minimizar os seus efeitos; Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa; Prevenção da ocorrência de incêndios florestais/rurais;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				Redução da influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública; Aumentos dos níveis de proteção de solo; Promoção da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água; Promoção da adaptação às alterações climáticas; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;
Assegurar a eliminação progressiva de barreiras arquitetónicas no espaço público e outros impedimentos à devida circulação e acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida;	II	Promoção da coesão territorial Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública.	↗	Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública; Promoção da coesão territorial;
Fator Crítico para a Decisão - Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais				
Promover o investimento nos valores naturais e no património enquanto fator de diferenciação e identitário;	I	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação	↗	Promoção de um ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em consideração as condicionantes existentes através da efetivação e

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promover a valorização do património cultural e natural; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial; Promover atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais	aplicação da 2º Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2º Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promoção da valorização do património cultural e natural; Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.
--	--	--	---

			Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa
--	--	--	---

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				(passadiços, estacionamento e ponte pedonal);
Promover ações de requalificação do património;	II	Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promover a requalificação patrimonial;	↗	Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão; Promoção da valorização do património cultural e natural; Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promoção da requalificação patrimonial Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal);
Incentivo a projetos de valorização económica da área	II	Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta;	↗	Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

florestal;		Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	fatores ambientais água, solo e ar. Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos;
Desenvolvimento de ações que promovam a biodiversidade, valores naturais e património	II	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promover a valorização do património cultural e natural; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial; Promover atividades culturais associadas à	Promoção da valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes; Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promoção da valorização do património cultural e natural; Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais	Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património; Fomento de trilhos e percursos pedestres; Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de
--	--	--	--

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				equipamentos e de infraestruturas socioculturais
Enquadramento paisagístico das infraestruturas;	II	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover o contínuo natural.	↗	Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão; Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
Aproveitamento da estrutura ecológica para criação de percursos pedestres e áreas verdes de utilização pública;	II	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;	↗	Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Fomento de trilhos e percursos pedestres;
Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património que o valorize;	II	Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;	Promoção das Unidades operativas de planeamento e gestão; Promoção da valorização do património cultural e natural; Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Infraestruturação (particularmente de saneamento) Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			existentes Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; Fomento de trilhos e percursos pedestres;
Privilegiar a continuidade dos espaços verdes;	II	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover o contínuo natural. Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	Promoção do contínuo natural; Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa);

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
Promover ações de sensibilização para as fragilidades do solo rural;	II	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	↗	Infraestruturação (particularmente de saneamento) Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos;
Incentivo de desenvolvimento de projetos com potencial para explorar vantagens competitivas associadas ao capital natural;	II	Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	↗	Infraestruturação (particularmente de saneamento) Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; Fomento de trilhos e percursos pedestres; Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais
Incentivo a projetos que valorizem os recursos endógenos;	II	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Promover a valorização dos recursos enquanto	Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Infraestruturação (particularmente de saneamento) Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; Promoção da preservação e

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;		valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Implementação do Projeto de Reabilitação do Rio Sousa (passadiços, estacionamento e ponte pedonal); Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos; Fomento de trilhos e percursos pedestres;
Promoção de estudos sobre os serviços dos ecossistemas no município de Paredes e sua valorização económica;	I	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.		Promoção da manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta; Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais,

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos;
Incentivos aos projetos que envolvam a conservação e reabilitação do património natural e cultural;	II	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial;	Promoção da valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promoção da valorização do património cultural e natural; Promoção da conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promoção da requalificação patrimonial Aquisição e recuperação da Casa da Castrália – Louredo, do Museu do Mobiliário (Mosteiro de Vilela), Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promoção da preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistêmicos; Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				equipamentos e de infraestruturas socioculturais
Garantir a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente;	II	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes; Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover o contínuo natural. Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	↗	Infraestruturação (particularmente de saneamento) Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a a manutenção da biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas; Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto; Promoção de um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
Ação de divulgação e fomento	II	Promover a gestão sustentável e a conservação da		Promoção da preservação e

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

de campanhas de promoção dos produtos locais de modo a garantir a sustentabilidade das atividades económicas;		floresta; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local;		valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos;
Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística;	II	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.		Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, Infraestruturação (particularmente de saneamento) Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Promoção de atividades culturais associadas à valorização do património

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Sensibilizar a população local e turistas para a preservação e valorização dos espaços naturais, usufruindo-os de uma forma sustentável;	I	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho; Promover a preservação e valorização dos recursos (naturais, agrícolas, florestais e paisagem) enquanto serviços ecossistémicos; Proteger, melhorar e recuperar o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.	↗	Resgate da Concessão de água e saneamento de Paredes, Proteção, melhoramento e recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar. Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa); Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto;
Fator Crítico para a Decisão - Competitividade e atividade económica				
Ação de divulgação e fomento de campanhas de promoção dos produtos locais;	II	Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e	↗	Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção
Estimular parcerias com as entidades científicas e tecnológicas	I	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à	↗	Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional;	
Incentivar a realocação das unidades industriais/empresariais localizadas fora das áreas delimitadas para as áreas respeitantes aos espaços de atividades económicas devidamente adequados à atividade;	I	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação;	 Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Instalação de Áreas de Atividades Económicas e concomitantemente instalação de empresas; Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito; Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,; Ligação das AAE às infraestruturas viárias; Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Desenvolver campanhas-chave de marketing territorial	II	Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Promover externamente o território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	ocorrência de acidentes industria; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2º Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Aumento da competitividade e atratividade do município pela implementação do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do
--	----	--	---

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

			turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população do potencial do território Promoção do aumento competitividade e da atratividade do município no contexto regional através da Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), e da Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto, Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, do Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, do Controle de Invasoras, da Plantação de vegetação autóctones; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a construção de
--	--	--	--

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				miradouros e implementação das demais ações elencadas no Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promoção da competitividade e atratividade do município com o Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa, com a Implementação de Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), com a promoção de Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais;
Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego	II	Promover a criação de emprego qualificado Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação;	↗	Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação;
Difundir a excelência das áreas de localização empresarial/industrial	I	Promover a criação de emprego qualificado Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da	↗	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes,

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

		diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover externamente o território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;		Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,; Ligação das AAE às infraestruturas viárias; Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território; Prevenção da ocorrência de incêndios industriais; Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;
Deverá ser promovida e motivada o estreitar de laços e	II	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego;	↗	Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação;

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

fomentar parcerias institucionais, empresariais e particulares		Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.		Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomento da apreensão da população do potencial do território Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes;
Promover a competitividade ao nível da população em geral e em particular ao nível da população escolar por forma a criar uma política de competitividade	II	Qualificação da população e dos agentes económicos; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.		Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Fomento da apreensão da população do potencial do território
O Concelho deverá continuar a apostar nas políticas ao nível da	I	Promover a criação de emprego qualificado Promoção da qualificação ao nível dos recursos		Promoção do aumento da competitividade e atratividade do

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

formação e na educação e nas parcerias existentes		humanos, dos serviços e valorização do emprego;		município no contexto regional
Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial	III	Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover a certificação de práticas e de produtos; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	↗	Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomento da apreensão da população do potencial do território
Garantir a compatibilização da	II	Promoção do aumento da qualidade e quantidade	↗	Promoção do aumento da qualidade

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

atividade turística com as demais atividades económicas, seja através da qualidade visual das paisagens, ou pelo respeito à capacidade de resiliência dos elementos naturais e patrimoniais visitados;		das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população
---	--	--	---

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Assegurar que o desenvolvimento das atividades económicas locais é feito de forma a criar um 'elemento diferenciador.	III	Promover a criação de emprego qualificado Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover a certificação de práticas e de produtos;	do potencial do território Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no
--	------------	--	---

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

				dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial;
Promover o desenvolvimento de parcerias com agentes económicos locais.	II	Promover a criação de emprego qualificado Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.		Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Fomento da apreensão da população do potencial do território Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes;
Promover polos associados a universidades e onde sejam alocados recursos locais	II	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego; Promover a criação de emprego qualificado;		Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

(recursos humanos, recursos naturais, etc.).		Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes;	e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego com a Implementação da Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU)
Potencializar o aumento da oferta hoteleira, para a diversificação das atividades	II	Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego; Promover a criação de emprego qualificado;	↗ Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criação de condições para a atração

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

económicas, o que potencialmente se poderá vir a traduzir numa geração de emprego e qualificação profissional específica nesta área;		Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Qualificação da população e dos agentes económicos; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.	e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Fomento da apreensão da população do potencial do território
---	--	---	--

Quadro 48 – Recomendações por FCD

Legenda: Potencia as oportunidades ↗ Responde às ameaças- ⇨
 Prioridade: I prioridade nível I (principal);
 II prioridade nível II

7 PONDERAÇÃO DOS PARECERES OBTIDOS

Foram obtidos pareceres sobre a Definição do âmbito, sobre o Relatório de Progresso, Relatório Ambiental das Entidades com responsabilidades ambientais específicas, as quais foram consideradas todas as que constituem a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes.

Em anexo, apensam-se os respetivos Pareceres e a ponderação resultaram num conjunto de recomendações, as quais na sua generalidade foram tidos em consideração, e explicitado em documento anexo.

8 QUADRO DE GOVERNANÇA

A governança constitui o conjunto de responsabilidades, políticas, processos e funções que as Entidades e a sociedade devem assegurar no sentido de atingir a máxima eficácia na aplicação das estratégias de desenvolvimento contidas nos instrumentos de ordenamento.

Este quadro, no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, é orientado como indicador das ações específicas de cada entidade com responsabilidades no território abrangido pelo supra mencionado PPMOT.

As ações vertidas no quadro de governança, deverão estar orientadas para os resultados e para a concretização das diretrizes propostas, com o objetivo de se atingir o melhor desempenho da 2ª Revisão do plano Diretor Municipal de Paredes.

8

ENTIDADES	Ações/Diretrizes de Governança
Câmara Municipal de	Estabelecer os mecanismos e os procedimentos que permitam as ações

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

Paredes	de seguimento/monitorização da 2ª revisão do PDM Paredes, de acordo com as diretrizes da AAE; Programar a implementação das ações previstas no PDM para que decorra de forma agilizada e sustentável; Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental; Desencadear mecanismo de esclarecimento e informação relacionadas com a proposta da 2ª revisão do PDM e sua operacionalização; Acautelar a inclusão da população no envolvimento e partilha de informação em processos de desenvolvimento e planeamento territorial; Dinamizar parcerias com os vários agentes que atuam no território num quadro de colaboração, diálogo e gestão eficiente de processos; Manter a cultura de transparência e visibilidade das atividades concelhias, num quadro de proximidade à população; Promover ou colaborar na elaboração de estudos que permitam um melhor conhecimento do território e das suas tendências de evolução; Promover e apoiar ações de proximidade com as populações com o objetivo de auscultar opiniões sobre diferentes temáticas; Fomentar os processos de participação pública.
Câmaras Municipais dos Concelhos confrontantes	Articulação e concertação ao nível do planeamento relativo às áreas confrontantes com os limites administrativos; Participar e fomentar o processo de consulta pública; Acompanhamento da fase de Monitorização do Plano.
Entidades da Administração Central e Regional	Assegurar a existência e disponibilização de informação de base atualizada, no quadro das respetivas responsabilidades e competências, com especial enfoque às necessárias para as ações de seguimento; Promover e apoiar a realização de estudos que permitam um melhor conhecimento do território e da evolução, a curto e médio-longo prazos, em domínios em que se reconheça que deve ser aprofunda e/ou atualizada a informação existente; Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais com a operacionalização das estratégias e atuação do

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

	município, no âmbito dos vários domínios e ambientais e de planeamento e ordenamento territorial; Desenvolver mecanismos estruturados e permanentes de circulação de informação entre entidades responsáveis pelo ordenamento do território e pela proteção civil, a nível regional e local, por forma a articular plenamente o ordenamento do território com a prevenção do risco;
Associações, Instituições Locais e Organizações Não Governamentais	Promover a informação, cooperação e participação cívica; Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; Apoiar as atividades de proteção dos valores em presença na área de intervenção; Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas; Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
População geral	Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; Adotar comportamentos responsáveis e sustentáveis; Participar ativamente nos processos de consulta pública.

Discussão Pública

9 CONCLUSÃO

O presente documento constitui o Relatório Ambiental da AAE da Revisão do PDM de Paredes.

Neste documento são identificados os principais efeitos, decorrentes da referida revisão, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de revisão do PDM e assegurar a sua sustentabilidade, através da integração de opções mais sustentáveis durante a fase de projeto e de funcionamento. Atentos ao desenvolvimento da AAE, não se constatarem efeitos ambientais que se considerassem relevantes, optou-se por manter as opções estratégicas e respetivos objetivos previamente definidos.

A análise e avaliação dos FCD permitiram fazer o diagnóstico e avaliar as tendências de evolução dos aspetos ambientais considerados fundamentais para a sustentabilidade do território, adaptados à escala de análise do plano.

Foram considerados os seguintes FCD para no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes:

FCD - Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação e coesão territorial, de acordo com as suas capacidades e vocações, assim como avalia as estratégias de qualificação ambiental na dimensão das condições, da qualidade de vida da população e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

FCD - Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes para a melhoria da qualidade física dos fatores ambientais e, para a conservação da natureza e da biodiversidade assim como a biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais contribuem para a valorização do território.

FCD - Competitividade e Atividade Económica: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na promoção do território e da visibilidade internacional do Concelho.

O programa de avaliação e controlo ambiental definido é uma peça fundamental atendendo a que ela acompanha o processo de implementação do plano de forma a avaliar, através do cálculo dos indicadores, a evolução dos aspetos ambientais considerados e detetar situações não previstas na AAE.

Bibliografia

APA, 'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', abril 2020;

APA, 'Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', abril 2020

Comissão Nacional do Território (CNT), 'Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', Dezembro 2020;

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Direção geral do Território (DGT) 'Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT', Janeiro 2020.

Direção geral do Território (DGT) 'Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0', 2021;

DGOTDU e APA (2008) Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documentos de Orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa

DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2003), Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, MCOTA – DGOTDU, Lisboa.

Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT', publicado em Janeiro 2020 pela Direcção geral do Território (DGT), disponível no sítio eletrónico da DGT;

'Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0', DGT, 2021, disponível no sítio eletrónico da DGT;

'Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT), disponível no sítio eletrónico da DGT;

'Guia orientador – revisão do PDM', Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDR), 2019 - disponível no sítio eletrónico da CCDRC;

'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020, disponível no sítio eletrónico da APA;

‘Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas’, da APA, datada de abril 2020, disponível no sítio eletrónico da APA.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Partidário, M.R. 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Elétricas Nacionais. Lisboa.

Partidário, M.R. 2007. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia – Orientações Metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

Discussão Pública

Anexos

Discussão Pública

ANEXO 1 – Ponderação dos Pareceres Obtidos

Discussão Pública

ANEXO 2 – Declaração Ambiental 1ªRPDM

Discussão Pública

ANEXO 3 – Pareceres Entidades

Discussão Pública

Discussão Pública

Discussão Pública



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

DIVISÃO DE PLANEAMENTO

2023